



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5 N. 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5, N. 1, abril 2023

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 5	n. 1	p. 1-33	abr. 2023
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: César Stallbaum Conceição e Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2022	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	12
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 EMPREGO FORMAL: SALDOS MENOS EXPRESSIVOS E SUA DISTRIBUIÇÃO	19
2.1 VARIAÇÕES DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO RS, NO BRASIL E NAS DEMAIS UFS	19
2.2 DESEMPENHO DO EMPREGO NOS SETORES ECONÔMICOS DO ESTADO	20
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES E ACESSO AOS POSTOS ADICIONAIS DE TRABALHO	24
2.4 RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO ESTADO	26
2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO E DIFERENÇAS DE GÊNERO	28
2.6 ROTATIVIDADE NOS POSTOS DE TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO RECENTE	29
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, apresentam-se evidências sobre o desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no quarto trimestre de 2022, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. Em linhas gerais, o quarto trimestre de 2022 foi caracterizado por um desempenho favorável do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul e de suas referências comparativas.

No que diz respeito à oferta de força de trabalho, a taxa de participação na força de trabalho, no quarto trimestre de 2022, ficou estável no Rio Grande do Sul, tanto na margem como em termos interanuais, enquanto, no País e no Paraná, evidenciou-se queda. Não obstante ter havido um processo de recuperação desse indicador após a sua intensa redução no pior momento da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020, somente em Santa Catarina a taxa de participação na força de trabalho atingiu, no quarto trimestre de 2022, patamar superior ao do quarto trimestre de 2019, que foi aquele que antecedeu o início da emergência sanitária.

O nível de ocupação no Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina, São Paulo e no País, ficou estável no quarto trimestre de 2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, e no Paraná, apresentou queda. Na comparação interanual, o indicador registrou variações positivas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no plano nacional, sendo que a mais intensa delas — quando medida em pontos percentuais — foi a que ocorreu no Rio Grande do Sul.

Quanto à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade, no quarto trimestre de 2022, manteve-se estável no Rio Grande do Sul e em São Paulo, seja na margem, seja na referência comparativa interanual. Nessa última base comparativa, o indicador teve retrações em Santa Catarina, no Paraná e no âmbito do País.

A evolução da taxa de desocupação confirmou a continuidade da sua trajetória de queda no Rio Grande do Sul, nos demais estados da macrorregião Sul, em São Paulo e no País, no quarto trimestre de 2022. Tanto na margem quanto em bases interanuais, a retração do indicador no Rio Grande do Sul foi a de maior intensidade em relação às suas referências comparativas. A taxa de desocupação no Estado, no quarto trimestre de 2022, de 4,6%, é a menor da série temporal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) desde o primeiro trimestre de 2013.

Um indicador mais abrangente do que a taxa de desocupação, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, também evidenciou retração no quarto trimestre de 2022, em relação ao trimestre imediatamente anterior, assim como em termos interanuais, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no País. Na comparação interanual, a intensidade da queda da taxa composta de subutilização da força de trabalho no Estado foi superior à dos demais estados da macrorregião Sul e à de São Paulo, mas inferior à do País.

O rendimento médio real habitual dos ocupados no quarto trimestre de 2022, frente ao terceiro trimestre do mesmo ano, ficou estável no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo; no País, registrou variação positiva. Na referência comparativa interanual, o indicador evidenciou elevação generalizada, sendo a mais expressiva aquela que ocorreu no Rio Grande do Sul, de 10,7%. No mercado de trabalho gaúcho e no catarinense, o rendimento médio real habitual situou-se, no quarto trimestre de 2022, em nível superior ao do quarto trimestre de 2019.

Também no que se refere aos rendimentos do trabalho, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, no quarto trimestre de 2022, na margem, registrou variações positivas no Rio Grande do Sul e no País. Ao se cotejar esse indicador em termos interanuais, evidenciaram-se variações positivas generalizadas, sendo a de maior magnitude no Rio Grande do Sul, de 16,8%. Para tanto, contribuiu o desempenho positivo do nível de ocupação e, principalmente, do rendimento médio real habitual.

Na **seção 2**, a análise concentra-se no universo de trabalhadores ocupados e formalmente empregados. As fontes de informações que permitem aprofundar o conhecimento sobre esse segmento do mercado de trabalho são o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e subsidiariamente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) — bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Analisa-se, inicialmente, as variações do emprego nos últimos 12 meses disponíveis (fevereiro de 2022 ao mesmo mês deste ano), com recuos comparativos aos períodos anteriores cobertos pela fonte, no Rio Grande do

Sul, nas demais unidades da Federação (UFs) e no agregado do Brasil. O mercado formal de trabalho gaúcho teve crescimento de 3,3% no referido intervalo de tempo, com a geração de 86,0 mil vínculos adicionais. Esse resultado coloca o Estado em 26.º lugar entre as 27 UFs e a considerável distância do desempenho do País, em que o percentual de expansão foi 4,5%.

A evolução dos estoques de empregados formais segundo os setores de atividade econômica, no Estado, mostra a construção na liderança, nesses 12 meses mais recentes, pelo critério de incremento relativo do emprego (6,1%), e a indústria em última colocação, com menos da metade dessa variação (2,4%). Quando a análise enfoca os resultados dos períodos precedentes, o ordenamento entre os setores é bastante distinto: entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021, o setor que se destacou positivamente — abrandando a retração geral por que o mercado de trabalho passou naquela conjuntura — foi a indústria; nos 12 meses seguintes, o setor serviços — recuperando-se do ano anterior, em que havia amargado as mais severas perdas — liderou o crescimento (tanto relativo quanto absoluto). O acumulado dos três anos mantém a construção com a maior expansão percentual, seguida pela agropecuária — os dois setores com menos peso na estrutura do emprego formal.

Numa desagregação setorial mais fina, as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), constata-se que, nos três anos cobertos pelo Novo Caged, 16 entre 75 categorias não recompuseram seus níveis de emprego iniciais. Destacam-se, pelos percentuais de retração: agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (-29,1%), edição e edição integrada à impressão (-20,4%) e transporte aéreo (-18,7%).

Quanto aos atributos dos indivíduos que estão sendo engajados, nessa ampliação dos vínculos formais de trabalho, reencontram-se, no cômputo dos últimos 12 meses, as tendências que vêm sendo apontadas há não poucos números deste boletim: equidade entre homens e mulheres (50,5% e 49,5% respectivamente); predominância avassaladora de menores de idade e jovens de até 24 anos (que corresponderam a 95,1% do saldo de postos adicionais); e sobrerrepresentação dos indivíduos com ensino médio completo ou incompleto, em detrimento tanto dos menos escolarizados quanto, ainda mais, daqueles com formação superior completa. Sobre estes últimos, registra-se que correspondiam a 21,7% dos empregados formais do Estado, ao final de 2021, segundo a RAIS, mas acessaram apenas 2,5% dos postos de trabalho adicionais que o Novo Caged detectou entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês deste ano.

Os resultados nas nove Regiões Funcionais gaúchas, nos 12 meses mais recentes, mostram a RF5, Sul, com a melhor colocação (crescimento de 5,0%), resultado fortemente influenciado pela produção de embarcações, que vem de uma sequência de intensas ampliações e contrações e se concentra naquele território. A RF3, Serra, e o Litoral (RF4), compartilham o percentual de variação menos expressivo (2,7%). A primeira, fortemente industrial em sua estrutura produtiva, ressentiu-se do fraco desempenho desse setor; a segunda pode estar estabilizando-se após ser destaque por muito tempo, com crescimentos bastante superiores aos do agregado do Estado (especialmente após a eclosão da pandemia, quando teria exercido forte atração populacional, associada ao isolamento social e aos arranjos de trabalho remoto).

O salário de admissão, em fevereiro de 2023, mostrava crescimento real de 3,2% frente ao do mesmo mês de 2022, no Rio Grande do Sul; apresentava ainda, entretanto, perda de 2,1% em relação a fevereiro de 2021 e de 0,9% na comparação com o valor (sempre de fevereiro) de 2020. O salário médio dos homens, nesse último mês da série, encontrava-se 10,3% acima do das mulheres. A análise da série histórica desse diferencial, nos pouco mais de três anos do Novo Caged, mais do que não mostrar tendência de redução, sugere que os anos de 2021 e 2022 marcaram um pequeno agravamento da disparidade, em favor dos homens.

Uma última subseção apresenta o cálculo da rotatividade nos postos de trabalho do Rio Grande do Sul, dos demais estados e do Distrito Federal, nos três anos civis contemplados pelo Novo Caged (2020-22), e traz resultados impressionantes: em todos os intervalos de tempo analisados, nas 27 UFs, houve elevação da rotatividade, o que indica vínculos de emprego pouco duradouros e pode sugerir maior instabilidade na gestão dos empreendimentos empregadores. No Brasil, a taxa de rotatividade subiu de 41,9% em 2020 para 49,4% em 2022. Os resultados para o RS não foram muito diferentes: 41,1% e 50,1% respectivamente.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2022

Após ter sido intensamente atingido pela pandemia de Covid-19 no segundo e no terceiro trimestre de 2020, assim como por uma severa estiagem, alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul foram dando sinais de recuperação desde o quarto trimestre daquele ano. Esse processo de recuperação do mercado de trabalho consolidou-se ao longo de 2022, quando se observou o comportamento positivo de indicadores como o nível de ocupação e a taxa de desocupação.

Não obstante o comportamento favorável do mercado de trabalho em 2022, o desempenho macroeconômico, o qual o condiciona, foi de desaceleração da atividade econômica no País e de retração no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, no âmbito nacional, quando se coteja cada um dos quatro trimestres de 2022 com os mesmos trimestres de 2021, constata-se que o Produto Interno Bruto (PIB) registrou taxas de variação de 2,4%, 3,7%, 3,6% e 1,9%, no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto trimestre, respectivamente, com uma variação acumulada de 2,9% em 2022, contra 5,0% em 2021 (IBGE, 2022). No Rio Grande do Sul, mais uma vez afetado por uma severa estiagem, a taxa de variação interanual do PIB do estadual, no quarto trimestre de 2022, foi de -1,3%, e a acumulada nesse mesmo ano, frente a 2021, de -5,1% (RIO GRANDE DO SUL, 2023). Nessa última referência comparativa, o desempenho desfavorável do Estado foi determinado pela agropecuária, com uma retração de 45,6%, uma vez que os serviços e a indústria tiveram comportamentos positivos, com taxas de variação de 3,7% e de 2,2% respectivamente. Ainda quanto à conjuntura macroeconômica, embora se mantenha em patamar elevado, identifica-se, por um lado, desaceleração da inflação, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) tendo passado de 10,06% em 2021 para 5,74% em 2022 (IBGE, 2023a). Por outro, o subgrupo de produtos relativos à alimentação e bebidas do IPCA, que afeta mais as condições de vida dos trabalhadores de baixos rendimentos, teve uma variação de 11,64% em 2022, superior à de 2021, de 7,94%.

Nesta seção, analisa-se o desempenho do mercado de trabalho do Estado no quarto trimestre de 2022, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. Os dados nela utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

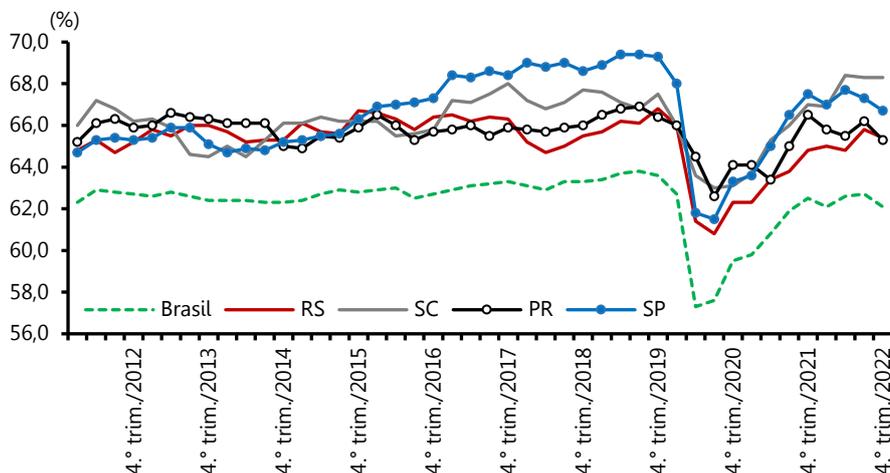
A participação da População em Idade de Trabalhar na força de trabalho (FT) evidenciou uma retração muito intensa no momento em que a economia foi mais afetada pela pandemia de Covid-19, no segundo e no terceiro trimestre de 2020. Devido à limitação à realização de muitas atividades presenciais e às restrições à mobilidade, causadas pela emergência sanitária, ocorreu uma saída sem precedentes de pessoas da FT. Essa situação foi modificando-se no transcorrer de 2021, com o avanço da vacinação e a recuperação econômica, que trouxeram consigo gradativamente o retorno das pessoas à FT.

De acordo com os dados mais recentes da PNAD Contínua, no quarto trimestre de 2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, a taxa de participação na FT (TPFT)¹ ficou estável no RS (65,4%), assim como em SC (68,3%) e em SP (66,7%) — **Gráfico 1**. No PR e no âmbito do País, o indicador evidenciou oscilações negativas, de 66,2% para 65,3% e de 62,7% para 62,1% respectivamente. Utilizando-se a referência comparativa interanual, a TPFT manteve-se estável no RS e em SP, elevou-se em SC (1,3 ponto percentual), diminuiu no PR (-1,2 ponto percentual) e no País (-0,4 ponto percentual). Ampliando-se o horizonte temporal das comparações para o quarto trimestre de 2019, período que antecede a pandemia de Covid-19, no RS, no PR, em SP e no País, a TPFT, no quarto trimestre de 2022, ainda não se tinha recuperado plenamente, uma vez que se encontrava em nível inferior; já em SC, ocorreu a plena recuperação do indicador.

¹ A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

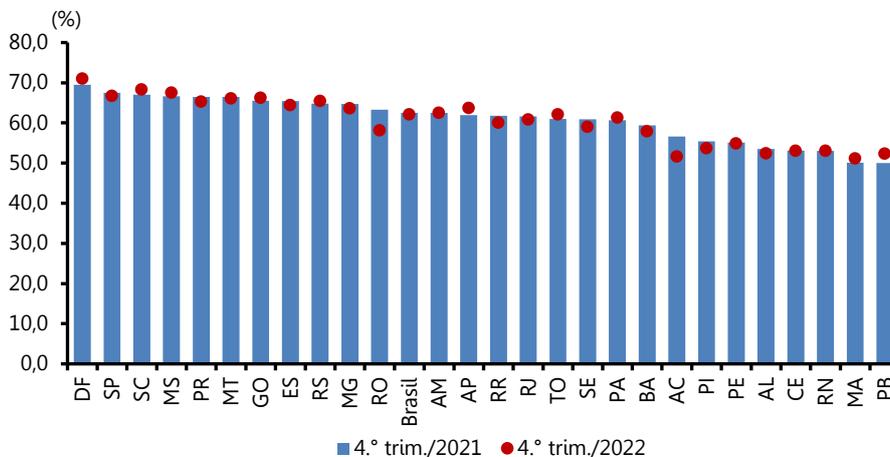
Quanto à posição relativa do RS frente a todas as unidades da Federação (UFs), em termos de participação na FT, houve avanço na comparação do quarto trimestre de 2021 com o quarto trimestre de 2022: o Estado passou da nona para a sétima maior TPFT (**Gráfico 2**).

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2021 e 4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

O contingente de pessoas na FT, no quarto trimestre de 2022, em relação ao trimestre anterior, ficou estável no RS (6.240 mil pessoas), nos demais estados da macrorregião Sul e em SP — as suas oscilações não têm significância estatística —; no País, verificou-se variação negativa de 0,7% (**Tabela 1**). No cotejo interanual, o contingente de pessoas na FT também se manteve estável no RS, no PR, em SP e no País, enquanto, em SC, ocorreu variação positiva de 3,2%. As evidências contidas na Tabela 1 permitem constatar que, no RS, assim como em SP, a FT ainda estava, no quarto trimestre de 2022, em nível inferior ao do quarto trimestre de 2019, que antecedeu a pandemia de Covid-19.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	3.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022 3.º Trim./2022	4.º Trim./2022 4.º Trim./2021
Brasil	107.418	101.637	107.758	108.729	107.942	(1)-0,7	0,2
RS	6.274	5.863	6.173	6.261	6.240	-0,3	1,1
SC	3.983	3.790	3.987	4.098	4.116	0,4	(1) 3,2
PR	6.122	6.040	6.249	6.260	6.198	-1,0	-0,8
SP	26.069	24.246	26.039	26.128	25.892	-0,9	-0,6

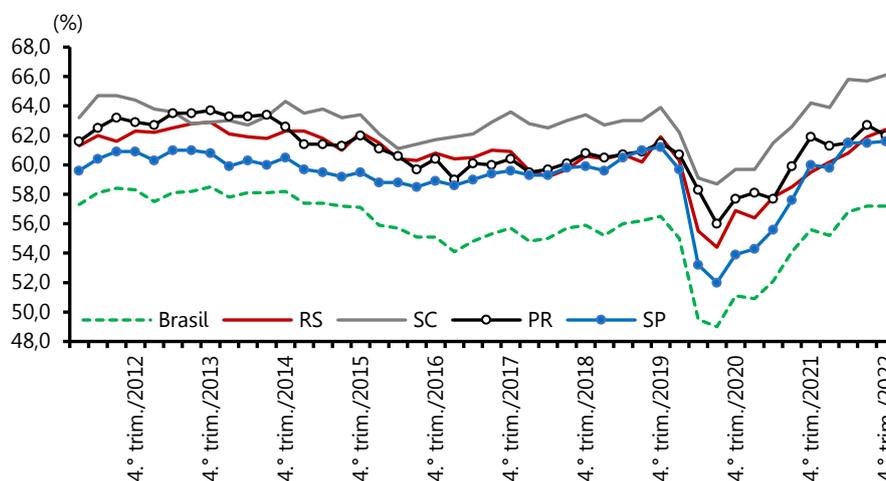
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Após ter tido uma queda de grande magnitude no pior momento da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020, o nível de ocupação (NO)² apresentou um processo de recuperação. Quanto ao seu comportamento na margem, no quarto trimestre de 2022, o NO manteve-se estável tanto no RS (62,4%) quanto em SC (66,1%), em SP (61,6%) e no País (57,2%) — as suas oscilações não têm significância estatística —; no PR, teve queda de 62,7% para 62,0% (**Gráfico 3**). Na referência comparativa interanual, o NO apresentou acréscimos no RS (2,9 pontos percentuais), em SC (1,9 ponto percentual), em SP e no País (em ambos, 1,6 ponto percentual); no PR, ficou estável. É importante destacar que, para o RS, demais estados da macrorregião Sul, SP e o País, o NO estava, no quarto trimestre de 2022, acima do verificado no quarto trimestre de 2019 — ou seja, havia-se recuperado plenamente do descenso ocorrido durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19, em 2020.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022

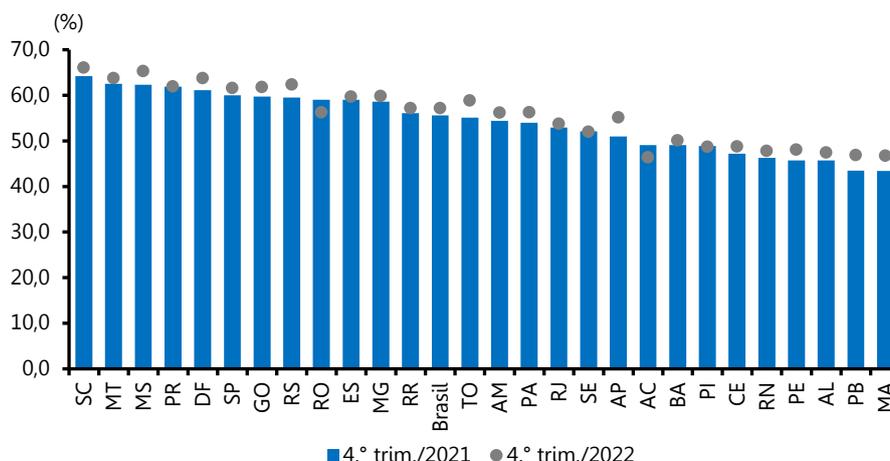


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No que diz respeito à posição relativa do nível de ocupação do RS diante o de todas as UFs, identifica-se uma nítida melhora da situação do Estado, o qual passou do oitavo para o quinto maior patamar do indicador, na comparação do quarto trimestre de 2021 com o mesmo trimestre de 2022 (**Gráfico 4**).

² O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

**Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação —
4.º trim./2021 e 4.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Ao se cotejar o quarto trimestre de 2022 com o terceiro trimestre do mesmo ano, constata-se que o contingente de ocupados ficou estável no RS (5.951 mil pessoas), assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País (**Tabela 2**). Já na referência comparativa interanual, o desempenho do número absoluto de ocupados foi bastante favorável, com variação positiva de 4,9% no RS (acréscimo de 278 mil ocupados), assim como em SC (4,4%), SP (3,3%) e no País (3,8%); no PR, ficou estável. Deve-se ainda ressaltar que, seja no RS, seja nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, o contingente de ocupados estava, no quarto trimestre de 2022, acima do verificado no mesmo trimestre de 2019, que foi o que antecedeu o início da pandemia de Covid-19.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

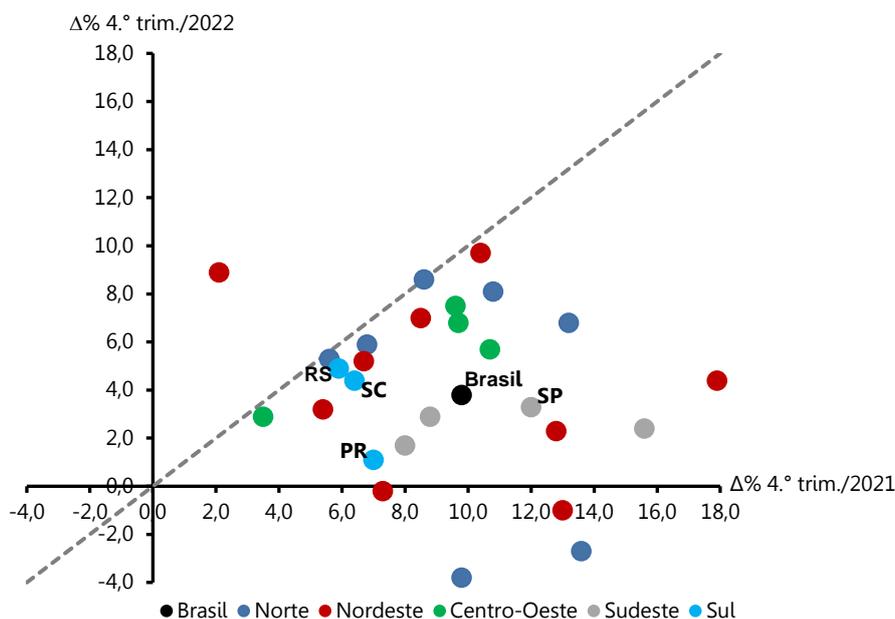
DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	3.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022 3.º Trim./2022	4.º Trim./2022 4.º Trim./2021
Brasil	95.515	87.225	95.747	99.269	99.370	0,1	(1) 3,8
RS	5.819	5.356	5.673	5.885	5.951	1,1	(1) 4,9
SC	3.767	3.585	3.815	3.944	3.983	1,0	(1) 4,4
PR	5.671	5.432	5.814	5.932	5.879	-0,9	1,1
SP	23.014	20.657	23.142	23.873	23.906	0,1	(1) 3,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Retomando-se o desempenho interanual do contingente de ocupados, o **Gráfico 5** mostra redução generalizada na intensidade de seu ritmo de crescimento nas UFs de todas as macrorregiões do País, quanto se compara a variação do quarto trimestre de 2022 frente o quarto trimestre de 2021 (eixo vertical), contra a variação do quarto trimestre de 2021 frente o quarto trimestre de 2020 (eixo horizontal). Nesse sentido, ao se cotejar as variações interanuais do quarto trimestre de 2022 e as do quarto trimestre de 2021, em 25 UFs ocorreu queda no ritmo de crescimento do número de ocupados — no gráfico de dispersão, as suas observações situam-se abaixo da linha de 45 graus. As duas exceções a essa tendência são os Estados da Paraíba e do Tocantins — ambos estão em posição superior ou igual à linha de 45 graus. Ao se comparar com os estados da macrorregião Sul, São Paulo e o País, a redução no ritmo de crescimento do contingente de ocupados no RS foi menos acentuada — no eixo vertical do Gráfico 5, que mede a variação interanual no quarto trimestre de 2022, a observação que corresponde ao Estado está em nível superior ao dessas referências comparativas.

Gráfico 5 - Variações interanuais do contingente de ocupados, de acordo com as suas macrorregiões, no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2021 e 4.º trim./2022

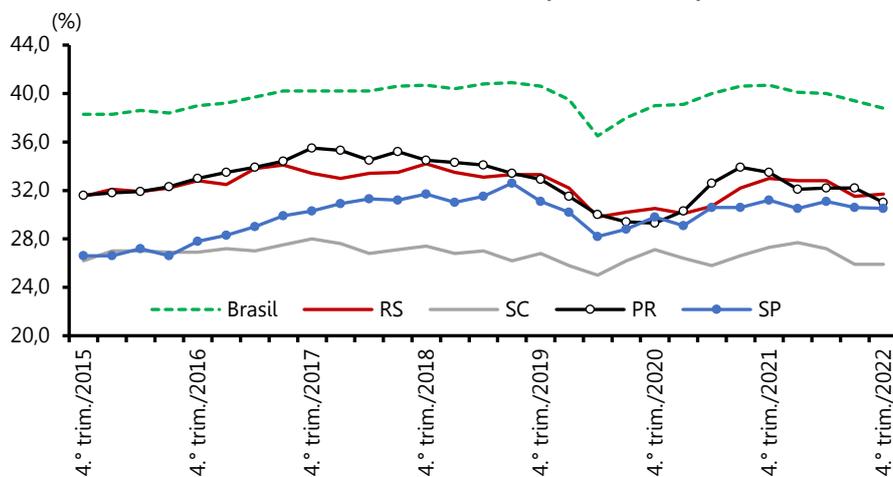


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Como é reconhecido, os trabalhadores informais foram mais negativamente atingidos no pior momento da pandemia de Covid-19, particularmente no segundo trimestre de 2020, com a perda de suas alternativas ocupacionais (MAURIZIO, 2021; ILO, 2023). Em um ambiente de adoção de medidas de distanciamento social, esses trabalhadores viram-se mais limitados no exercício de suas atividades profissionais, que dependem, com frequência, de contatos presenciais. Do quarto trimestre de 2020 ao quarto trimestre de 2021, com o avanço da vacinação e da recuperação da atividade econômica, houve uma tendência de incremento do trabalho informal. Já ao longo de 2022, essa tendência, todavia, não persistiu. Ao se comparar o quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior, constata-se que a taxa de informalidade (TI)³ se manteve estável no RS (31,7%), em SC (25,9%) e em SP (30,5%), enquanto teve queda no PR (de 32,2% para 31,0%) e no País (de 40,7% para 38,8%) — **Gráfico 6**. Quando se coteja esse indicador no quarto trimestre de 2022 com o do mesmo trimestre do ano anterior, os dados revelam a sua estabilidade no RS, assim como em SP; de forma distinta, houve queda da TI em SC (-1,4 ponto percentual), no PR (-2,4 pontos percentuais) e no País (-1,9 ponto percentual). Pode-se ainda assinalar que a TI, no quarto trimestre de 2022, estava, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, em nível inferior ao do quarto trimestre de 2019, ou seja, daquele existente no momento imediatamente anterior à eclosão da emergência sanitária.

³ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-4.º trim./2022

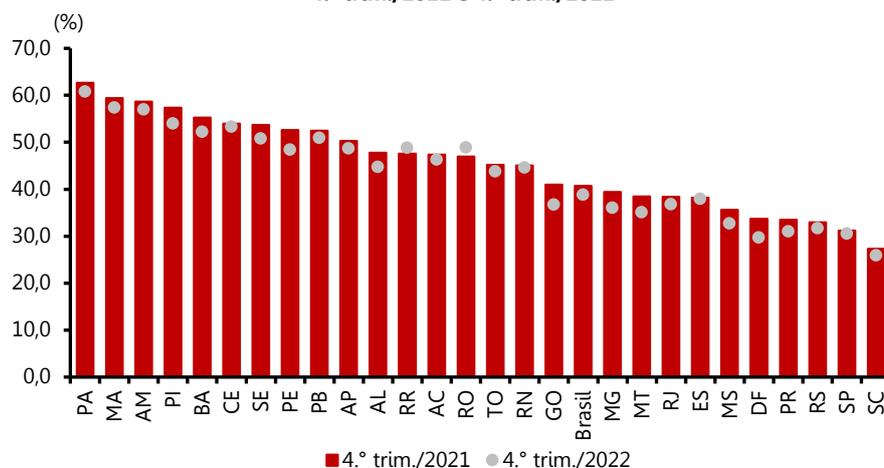


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Frente a todas as UFs, o RS teve uma piora relativa quanto à sua posição em termos de nível de informalidade, tendo passado da terceira menor TI no quarto trimestre de 2021 para quinta menor no mesmo trimestre de 2022 — o PR e o DF passaram a deter, neste último trimestre, uma TI inferior à do RS (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2021 e 4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

O número de trabalhadores informais permaneceu estável no quarto trimestre de 2022 no RS (1.889 mil pessoas), assim como em SC e em SP, tanto na margem quanto na comparação interanual (**Tabela 3**). Nesta última referência comparativa, ficou estável no País e teve uma retração expressiva de 6,4% no PR.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	3.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2021
						3.º Trim./2022	
Brasil	38.756	34.052	38.945	39.145	38.554	(1)-1,5	-1,0
RS	1.936	1.633	1.874	1.852	1.889	2,0	0,8
SC	1.009	973	1.042	1.020	1.032	1,2	-0,9
PR	1.865	1.591	1.950	1.913	1.825	(1)-4,6	(1)-6,4
SP	7.163	6.148	7.225	7.309	7.301	-0,1	1,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

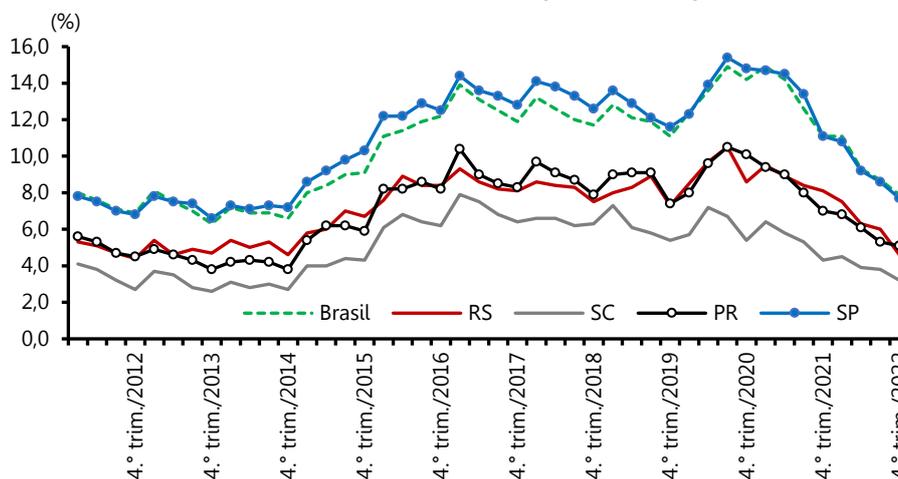
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A partir do segundo trimestre de 2021, em um contexto de recuperação econômica, identifica-se uma tendência de redução da taxa de desocupação (TD). No quarto trimestre de 2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, constata-se a continuidade da queda do indicador: no RS, a TD passou de 6,0% para 4,6%; em SC, de 3,8% para 3,2%; em SP, de 8,6% para 7,7%; e no País, de 8,7% para 7,9%; no PR, a oscilação de 5,3% para 5,1% não tem significância estatística (**Gráfico 8**). No que diz respeito à referência comparativa interanual, ratifica-se a tendência de queda da TD: no RS, -3,5 pontos percentuais; em SC, -1,1 ponto percentual; no PR, -1,9 ponto percentual; em SP, -3,4 pontos percentuais; e, no País, -3,2 pontos percentuais. A maior redução da TD no RS — medida em pontos percentuais — deveu-se a que o seu nível de ocupação, na comparação interanual, se elevou com maior intensidade do que o dos demais estados da macrorregião Sul, de SP e do País. No RS, a TD de 4,6%, do quarto trimestre de 2022, é a menor da série temporal da PNAD Contínua⁴ desde o primeiro trimestre de 2013.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022



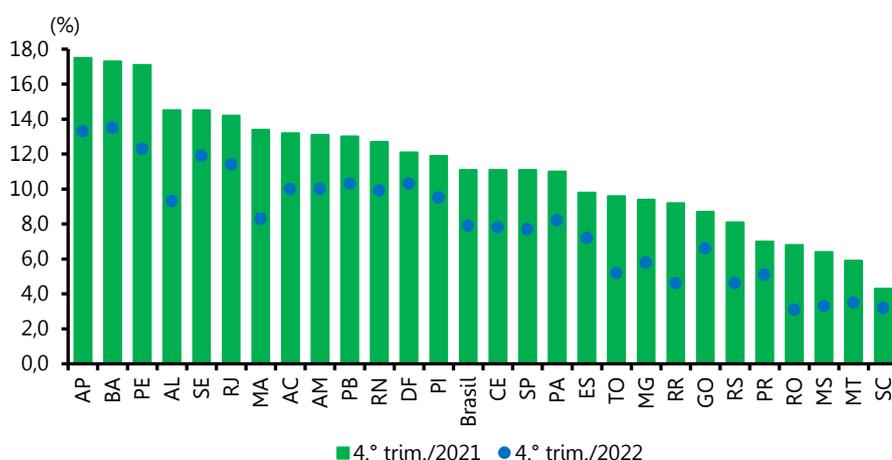
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Frente à totalidade das UFs, houve leve melhora na posição relativa do RS no que se refere ao nível da TD: o Estado passou da sexta menor TD no quarto trimestre de 2021 para a quinta menor no mesmo trimestre de 2022 (**Gráfico 9**).

⁴ A série temporal da PNAD Contínua para as unidades da Federação iniciou no primeiro trimestre civil de 2012.

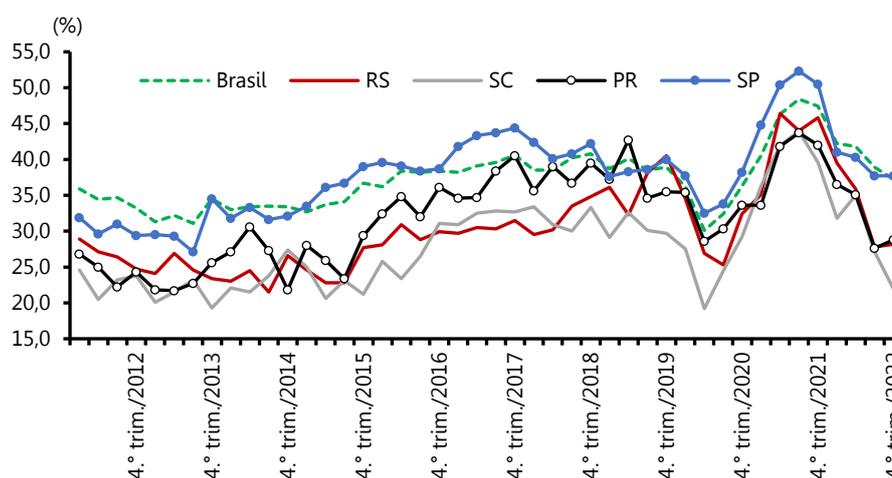
Quanto à incidência da desocupação de longo prazo (IDLP)⁵, esta se deteriorou muito do quarto trimestre de 2020 até os dois últimos trimestres de 2021 (**Gráfico 10**). Posteriormente, mostrou uma tendência de declínio, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas. No quarto trimestre de 2021, em relação ao quarto trimestre de 2022, a IDLP declinou de 45,8% para 28,2% no RS, de 39,6% para 21,9% em SC, de 42,0% para 28,8% no PR, de 50,5% para 37,7% em SP e de 47,4% para 37,2% no País. Não obstante ter havido uma melhora considerável desse indicador, é sempre importante recuperar que o tempo de cobertura do seguro-desemprego no País para um empregado formal é de, no máximo, cinco meses. Assim, uma parte expressiva daqueles que procuram trabalho — por exemplo, no caso do RS, 28,2% no quarto trimestre de 2022 —, mesmo que consiga ter acesso a essa política pública, pode ter de conviver durante vários meses com uma situação socioeconômica muito adversa.

Gráfico 9 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2021 e 4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Gráfico 10 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2023b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

⁵ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDLP** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Por sua vez, o contingente de desocupados também teve retração, no RS e nas suas referências comparativas, no quarto trimestre de 2022. Na margem, a variação do contingente de desocupados foi de -23,1% no RS, tendo passado de 376 mil pessoas para 289 mil pessoas; em SC, de -14,0%; em SP, de -11,9%; e, no País, de -9,4%; no PR, a sua oscilação não tem significância estatística (**Tabela 4**). Na referência comparativa interanual, a queda do contingente de desocupados foi generalizada: -42,1% no RS (menos 211 mil desocupados); -22,7% em SC; -26,8% no PR; -31,5% em SP; e -28,6% no País — ou seja, o desempenho mais expressivo em termos de redução da desocupação foi o do RS.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

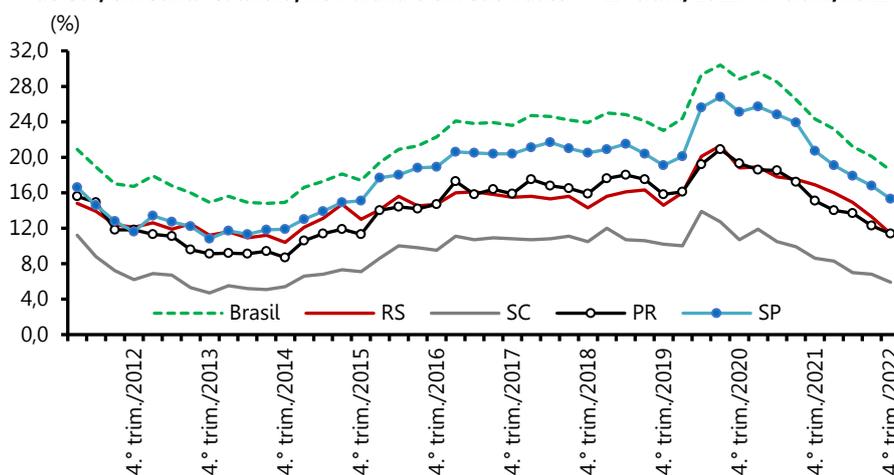
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	3.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022 3.º Trim./2022	4.º Trim./2022 4.º Trim./2021
Brasil	11.903	14.412	12.011	9.460	8.572	(1) -9,4	(1)-28,6
RS	455	507	500	376	289	(1)-23,1	(1)-42,1
SC	216	204	172	154	133	(1)-14,0	(1)-22,7
PR	450	608	435	329	318	-3,2	(1)-26,8
SP	3.015	3.589	2.898	2.255	1.986	(1)-11,9	(1)-31,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Fazendo-se referência agora ao mais amplo indicador de subutilização da FT, pode-se constatar, por meio da inspeção do **Gráfico 11**, que se manteve, no quarto trimestre de 2022, a tendência de redução da taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT)⁶, verificada desde o segundo trimestre de 2021. Na comparação do quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior, o indicador passou de 13,3% para 11,4% no RS, de 6,8% para 5,9% em SC, de 16,8% para 15,3% em SP e de 20,1% para 18,5% no País; no PR, a sua oscilação não tem significância estatística. Em termos interanuais, a TCSFT teve retração generalizada: -5,5 pontos percentuais no RS; -1,7 ponto percentual em SC; -3,7 pontos percentuais no PR; -5,4 pontos percentuais em SP; e -5,8 pontos percentuais no âmbito nacional. No RS, a TCSFT do quarto trimestre de 2022 foi a menor da série temporal da PNAD Contínua desde o primeiro trimestre de 2015.

Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022

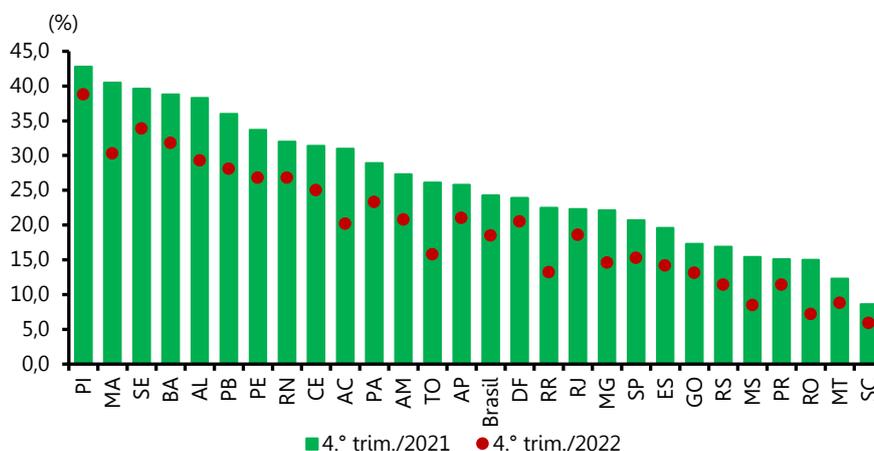


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

⁶ A taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT) é assim obtida (ILO, 2013):
TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.
A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

Também no caso da TCSFT houve uma leve melhora da posição do RS diante de todas as UFs, uma vez que o Estado passou do sexto para o quinto menor nível do indicador, quando se compara o quarto trimestre de 2021 com o quarto trimestre de 2022 (**Gráfico 12**).

Gráfico 12 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2021 e 4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No que diz respeito ao contingente de pessoas que é medido pela TCSFT, no quarto trimestre de 2022, houve queda tanto no RS quanto nas suas referências comparativas (**Tabela 5**). Na margem, esse contingente registrou variação de -14,0% no RS, tendo passado de 863 mil para 742 mil pessoas subutilizadas; de -12,8% em SC, -8,1% no PR, -9,5% em SP e -9,1% no País. Em termos interanuais, o contingente de pessoas medido pela TCSFT teve variação de -31,6% no RS (menos 342 mil pessoas), -29,6% em SC, -25,4% no PR, -26,7% em SP e -24,8 no País. Assim, também nesse caso, o desempenho do RS quanto à redução do contingente de pessoas subutilizadas foi melhor do que o dos demais estados da macrorregião Sul, de SP e do País.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	3.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022 3.º Trim./2022	4.º Trim./2022 4.º Trim./2021
Brasil	26.521	32.540	28.344	23.426	21.305	(1) -9,1	(1)-24,8
RS	948	1.164	1.084	863	742	(1)-14,0	(1)-31,6
SC	417	421	350	283	247	(1)-12,8	(1)-29,6
PR	1.013	1.231	983	798	733	(1) -8,1	(1)-25,4
SP	5.146	6.542	5.648	4.573	4.139	(1) -9,5	(1)-26,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

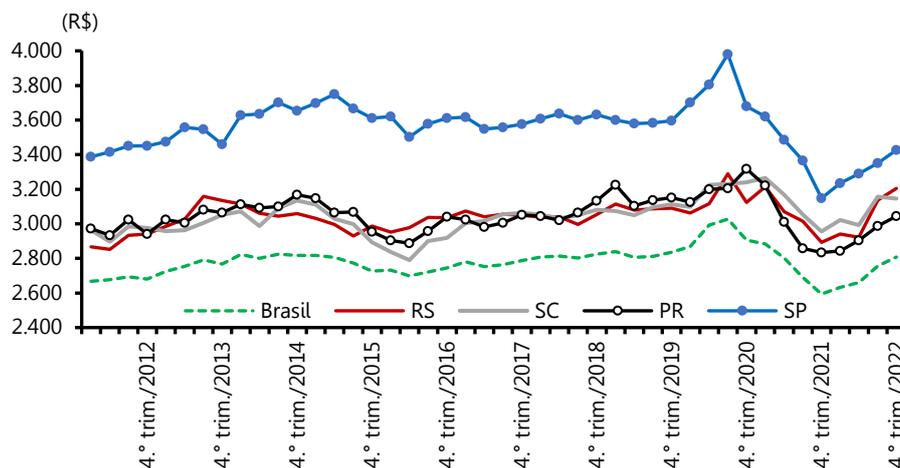
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Os rendimentos do trabalho tiveram uma forte queda no ano de 2021, para a qual contribuíram diferentes fatores. Um deles foi a aceleração inflacionária verificada nesse ano, apreendida pela elevação do IPCA do IBGE, de 4,52% em 2020 para 10,06% em 2021 (IBGE, 2023a), a qual teve um impacto negativo sobre os rendimentos do trabalho. Sugere-se que também contribuiu para redução dos rendimentos do trabalho em 2021 uma mudança na composição da ocupação, com o aumento do peso relativo de segmentos de ocupados cujos rendimentos são mais baixos — como o de trabalhadores informais —, o que acabou gerando um efeito estatístico negativo sobre os rendimentos médios do trabalho (CARVALHO, 2023; GONTERO, 2021; IPEA, 2021).

No ano de 2022, houve um processo gradativo de redução da aceleração inflacionária, com o IPCA acumulado em 12 meses, em março, junho, setembro e dezembro, situando-se em 11,30%, 11,89%, 7,17% e 5,79% respectivamente. Para essa queda da inflação contribuiu a Lei Complementar n.º 194, aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 2022, que limitou as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Tendo presente os aspectos acima esboçados, identifica-se uma recuperação parcial dos rendimentos dos ocupados ao longo de 2022 (**Gráfico 13**). No período mais recente, quando se coteja o quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior, constata-se que, no RS, nos demais estados da macrorregião Sul e em SP, o rendimento médio real habitual dos ocupados ficou estável — as suas oscilações não têm significância estatística —; no País, registrou-se variação positiva de 1,9%. Já na referência comparativa interanual, ocorreram variações positivas generalizadas do rendimento médio real habitual: 10,7% no RS, tendo passado de R\$ 2.893 para R\$ 3.204, 7,4% em SC, 6,5% no PR, 8,9% em SP e 8,3% no País. Também com base nas evidências contidas no **Gráfico 13**, observa-se que o rendimento médio real habitual no RS e em SC, no quarto trimestre de 2022, estava acima do que se obtinha no quarto trimestre de 2019 — período imediatamente anterior à pandemia de Covid-19. Tal situação não se verificou no PR, em SP e no País.

Gráfico 13 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2022



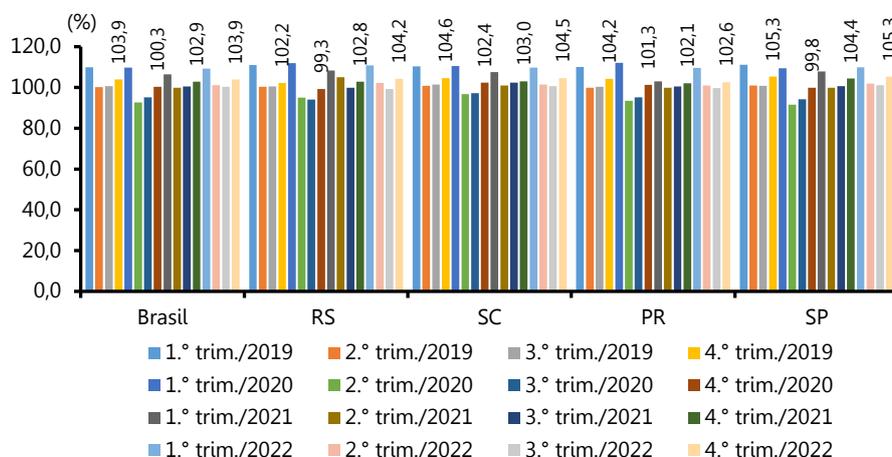
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2022.

Os rendimentos efetivos dos ocupados são mais suscetíveis à sazonalidade e aos choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2020, momento mais adverso da pandemia de Covid-19 para a economia, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual teve uma queda mais intensa do que a usual tanto no RS quanto nas suas referências comparativas. No transcorrer dos trimestres subsequentes, esse indicador foi aproximando-se dos níveis alcançados antes do choque da emergência sanitária sobre o mercado de trabalho. No quarto trimestre de 2022, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual situava-se, no RS, 1,4 ponto percentual acima do valor do quarto trimestre de 2021; em SC, 1,5 ponto percentual; no PR, 0,5 ponto percentual; em SP, 0,9 ponto percentual; e, no País, 1,0 ponto percentual (**Gráfico 14**). Pode-se ainda assinalar que, somente no RS, essa proporção estava, no quarto trimestre de 2022, em nível superior ao do quarto trimestre de 2019.

Gráfico 14 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-4.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no quarto trimestre de 2022, teve uma variação positiva, na margem, de 3,5% no RS e de 2,1% no País; em SC, PR e SP, ficou estável (**Tabela 6**). Na referência comparativa interanual, o indicador registrou variação positiva de 16,2% no RS, 11,5% em SC, 8,9% no PR, e de 12,8% em SP e no País. Esse desempenho bastante favorável da massa de rendimento real habitual foi determinado pela elevação do contingente de ocupados e, principalmente, pela recuperação do rendimento médio real habitual. Consta-se, ainda, que a massa de rendimento real habitual no RS, nos demais estados da macrorregião e no País se situava, no quarto trimestre de 2022, acima daquela do mesmo trimestre de 2019, período que antecedeu o início da pandemia de Covid-19.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	VALOR (R\$ milhões)					VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022	4.º Trim./2022 3.º Trim./2022	4.º Trim./2022 4.º Trim./2021
Brasil	264.948	247.576	243.122	268.742	274.346	(1)2,1	(1)12,8
RS	17.489	16.177	15.898	17.851	18.471	(1)3,5	(1)16,2
SC	11.508	11.331	11.073	12.281	12.344	0,5	(1)11,5
PR	17.555	17.565	16.160	17.408	17.603	1,1	(1) 8,9
SP	82.015	75.225	72.226	79.459	81.478	2,5	(1)12,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 4.º trim./2022.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto nesta seção, o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho ratificou, no quarto trimestre de 2022, a continuidade do seu processo de recuperação no RS e em suas referências comparativas selecionadas, SC, PR, SP e Brasil.

No quarto trimestre de 2022, em termos comparativos interanuais, foi mostrado que o nível de ocupação se elevou no RS, assim como em SC, em SP e no País, tendo sido o incremento do indicador no Estado — quando medido em pontos percentuais — o mais intenso. Tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, o nível de ocupação situou-se, no quarto trimestre de 2022, acima do alcançado no período que antecedeu a pandemia de Covid-19, o último trimestre de 2019. Esse desempenho favorável do nível de ocupação trouxe consigo uma queda

da taxa de desocupação no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, na referência comparativa interanual. Também para esse indicador, a redução da taxa de desocupação ocorreu com maior intensidade no RS. A esse respeito, como foi destacado, a taxa de desocupação de 4,6% no Estado, no quarto trimestre de 2022, foi a menor da série temporal da PNAD Contínua desde o primeiro trimestre de 2013.

Um indicador mais amplo que o medido pela desocupação, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, teve uma retração relevante no quarto trimestre de 2022, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas. Em bases interanuais, a queda desse indicador — em pontos percentuais — foi mais intensa no RS, em relação a SC, PR e SP, mas não em relação ao País.

Mostrou-se, ainda, que o comportamento dos rendimentos do trabalho, no quarto trimestre de 2022, evidenciou continuidade do processo de recuperação, seja no RS, seja nas suas referências comparativas. Para tanto, contribuiu o arrefecimento do processo inflacionário ao longo de 2022, como também a interrupção do aumento ocorrido em 2021 na taxa de informalidade, o qual se sugere ter um efeito negativo sobre os rendimentos médios do trabalho. O rendimento médio real habitual dos ocupados, assim como a massa de rendimento real habitual, teve variação positiva no quarto trimestre de 2022, em termos interanuais, no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, sendo que, em ambos os casos, o melhor desempenho desses indicadores foi o do RS.

2 EMPREGO FORMAL: SALDOS MENOS EXPRESSIVOS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Nesta seção, a análise concentra-se no segmento formalizado do mercado de trabalho, com base nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), série que teve início em janeiro de 2020. Abordam-se, inicialmente, os resultados do emprego formal total no Estado e um breve cotejo com os do agregado do País e das demais unidades da Federação. A seguir, investiga-se o comportamento do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul, segundo setores de atividade econômica; segmentos populacionais (sexo, idade e escolaridade dos indivíduos); e Regiões Funcionais em que se subdivide o território gaúcho. Abordam-se, ainda, os valores dos salários médios reais de admissão para homens e mulheres no Estado. A última subseção consolida um exercício de mensuração da rotatividade nos postos de trabalho, nos anos de 2020 a 2022, comparando-se os patamares desse indicador nas diferentes UFs.

Em boa parte desta seção, para se avaliar a evolução das diferentes variáveis investigadas — como forma de valorizar a tempestividade da análise e, ao mesmo tempo, evitar distorções decorrentes de fatores sazonais —, compõem-se intervalos de 12 meses de forma a que se encerrem no mês a que se refere o último dado publicado pelo Ministério. A extensão da série estatística do Novo Caged permite, neste momento, que se cotejem três intervalos anualizados, de fevereiro de 2020 até o mesmo mês do corrente ano (resultado mais recente, divulgado ao final de março último)⁷. Para o cálculo e a exposição dos resultados sobre a rotatividade no emprego, optou-se por utilizar o ano civil (janeiro a dezembro).

2.1 VARIAÇÕES DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO RS, NO BRASIL E NAS DEMAIS UFs

Nos 12 meses que se encerraram em fevereiro último, o número de vínculos formalizados de trabalho no Brasil expandiu-se em 4,5%, com a geração de um saldo de 1,83 milhão de empregos adicionais. Esse resultado marca uma desaceleração frente aos 6,9% de crescimento nos 12 meses imediatamente anteriores, que, por sua vez, consolidavam um movimento de recuperação após as severas restrições e turbulências que caracterizaram o primeiro ano da pandemia de Covid-19, captado pelo intervalo fev./20-fev./21, no qual a variação do emprego formal se limitou a 0,3% (**Tabela 7**).

O desempenho do Rio Grande do Sul foi negativamente diferenciado, na comparação com o nacional, em todos esses recortes de tempo: 3,3% nos 12 meses mais recentes; 5,3% no período imediatamente anterior; e -1,0% no intervalo inicial da série aqui considerada. De fevereiro de 2022 a fevereiro último, o saldo de vínculos formais de trabalho no Estado foi de 86,0 mil postos adicionais, uma redução de 34,3% frente ao resultado dos 12 meses anteriores, quando haviam sido gerados 131,0 mil novos empregos. Esse arrefecimento é um pouco mais acentuado, proporcionalmente, no Estado do que no conjunto do País, em que o saldo recuou 30,1% na mesma comparação temporal. A desaceleração de 2022-23, generalizada entre as UFs, reforça a interpretação de que os resultados do período fev./21-fev./22 carregam em grande parte o efeito de compensação das perdas excepcionais de emprego associadas à eclosão da emergência sanitária, decretada, no Brasil, em fevereiro de 2020.

Um elemento a se ter presente, mesmo que não integre o escopo desta análise, é que os mercados formais de trabalho do País e do Estado, quando se considera um período um pouco mais longo, passaram por uma contração severa, na segunda metade da década passada, que ainda não foi totalmente revertida. Uma vez que o Novo Caged é bastante recente, necessita-se recorrer a outra base de dados, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁸, para se constatar que, ao final de 2021 (última informação disponível nessa série histórica), o número de empregos formais no RS era ainda inferior ao verificado nos anos de 2012 a 2015. Para o agregado do Brasil, o resultado de 2021 permanecia menor do que os de 2013 e 2014.

⁷ Os resultados do Novo Caged referem-se sempre ao último dia do mês a que se associam.

⁸ As metodologias das duas pesquisas — embora essas guardem bastante semelhança e sejam produzidas pela mesma fonte, o Ministério do Trabalho — são distintas, o que não autoriza uma articulação direta de seus resultados. O recurso à RAIS visa, sobretudo, a contornar a limitação que o Novo Caged apresenta, por contar com pouco mais de três anos de existência, apenas.

Retomando-se a análise do Novo Caged, constata-se que o Rio Grande do Sul — enfrentando adversidades, dentre as quais se destaca a sequência de anos de estiagem —, nos três anos abarcados pelo Novo Caged, posicionou-se nas últimas colocações, entre as 27 UFs brasileiras, quando se ordenam as variações relativas do emprego formal. Entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021, ficou na antepenúltima posição; no intervalo seguinte, na última; nos 12 meses mais recentes, na 26.^a. Quando se acumulam os movimentos desses 36 meses, o Brasil registra expansão de 12,1% de seu mercado formal de trabalho; o Rio Grande do Sul, de 7,7% — mais uma vez, o desempenho menos expressivo entre todas as UFs (**Tabela 7**).

Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — fev./2020-fev./2023

BRASIL E UFs	2020-21			2021-22			2022-23			2020-23		
	Saldo	Variação %	Ordem	Saldo	Variação %	Ordem	Saldo	Variação %	Ordem	Saldo	Variação %	Ordem
BRASIL	129.866	0,3	-	2.645.261	6,9	-	1.834.902	4,5	-	4.610.029	12,1	-
Roraima	3.141	5,4	1	6.156	10,1	2	6.337	9,5	1	15.634	27,1	1
Acre	2.736	3,6	6	7.437	9,5	4	6.799	7,9	2	16.972	22,5	2
Mato Grosso do Sul	9.374	1,8	12	38.111	7,2	17	39.857	7,0	3	87.342	16,8	11
Amazonas	6.278	1,6	14	41.488	10,3	1	30.437	6,8	4	78.203	19,7	7
Maranhão	17.507	3,6	5	45.198	9,1	6	36.574	6,7	5	99.279	20,6	3
Amapá	1.771	2,8	7	6.482	9,9	3	4.774	6,6	6	13.027	20,5	4
Tocantins	7.323	3,9	4	16.077	8,3	11	13.578	6,5	7	36.978	19,9	5
Mato Grosso	19.407	2,7	8	65.587	8,9	7	51.783	6,5	8	136.777	19,1	8
Goias	24.990	2,1	10	103.569	8,5	9	78.931	6,0	9	207.490	17,4	10
Bahia	-205	0,0	20	131.027	7,8	13	106.736	5,9	10	237.558	14,2	14
Paraíba	6.216	1,6	13	33.314	8,5	8	24.221	5,7	11	63.751	16,5	12
Rondônia	1.205	0,5	19	16.989	7,4	15	13.986	5,7	12	32.180	14,2	15
Rio de Janeiro	-125.147	-4,0	27	199.344	6,6	21	179.031	5,6	13	253.228	8,0	26
Ceará	12.795	1,2	16	71.201	6,4	23	63.006	5,3	14	147.002	13,4	16
Alagoas	14.247	4,3	3	31.114	9,1	5	19.824	5,3	15	65.185	19,9	6
Pernambuco	-5.376	-0,4	22	95.925	7,9	12	66.516	5,1	16	157.065	12,8	19
Espírito Santo	10.474	1,5	15	52.466	7,2	18	39.121	5,0	17	102.061	14,2	13
Rio Grande do Norte	3.383	0,8	18	28.762	7,0	19	21.539	4,9	18	53.684	13,3	18
Distrito Federal	-14.175	-1,8	26	58.315	7,5	14	41.274	4,9	19	85.414	10,7	22
Piauí	-1.260	-0,4	23	18.529	6,5	22	12.528	4,1	20	29.797	10,4	23
Pará	36.454	5,0	2	63.963	8,4	10	32.110	3,9	21	132.527	18,3	9
São Paulo	-16.744	-0,1	21	762.562	6,4	24	494.333	3,9	22	1.240.151	10,4	24
Sergipe	-1.952	-0,7	24	15.560	5,7	26	11.097	3,9	23	24.705	9,1	25
Minas Gerais	38.825	1,0	17	275.876	6,8	20	164.907	3,8	24	479.608	11,9	20
Paraná	48.248	1,8	11	159.377	5,9	25	100.070	3,5	25	307.695	11,6	21
Rio Grande do Sul ...	-24.427	-1,0	25	131.027	5,3	27	86.026	3,3	26	192.626	7,7	27
Santa Catarina	52.242	2,5	9	157.691	7,3	16	71.237	3,1	27	281.170	13,4	17
Não identificado	2.536	-	-	12.114	-	-	18.270	-	-	32.920	-	-

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

2.2 DESEMPENHO DO EMPREGO NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO

Entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês deste ano, o emprego formal cresceu nos cinco grandes grupamentos, na terminologia do Novo Caged, setoriais (**Tabela 8**). Acima dos 3,3% de expansão verificados para o total de atividades econômicas, os percentuais mais elevados de variação registraram-se na construção — grande destaque, com 6,1% —, em serviços (3,8%) e na agropecuária (3,7%). Os resultados menos expressivos foram os do comércio (2,9%) e da indústria, na última posição (2,4%).

A indústria, que se diferencia negativamente nesses 12 meses mais recentes, havia sido o setor com melhor resultado nos 12 meses iniciais da série aqui considerada, de fevereiro de 2020 ao mesmo mês de 2021; já nos 12 meses seguintes, encerrados em fevereiro de 2022, sua variação havia ficado um pouco abaixo da variação do conjunto das atividades econômicas no Estado (5,0% *versus* 5,3%). No acumulado dos 36 meses cobertos por esta análise, a indústria ficou em posição intermediária (8,8% de expansão), com variação percentual inferior à da cons-

trução e à da agropecuária, mas superando os 7,7% do total dos setores e os resultados de serviços e comércio (ambos com 6,9%).

Serviços, o setor com maior participação na estrutura do emprego formal, sofreu o mais severo impacto, secundado pelo comércio, no primeiro ano da pandemia, determinando praticamente toda a perda de emprego do agregado dos setores entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021. Nos dois intervalos anuais seguintes, logrou expansões relativas mais significativas do que o total da economia gaúcha. Ainda assim, no acumulado dos 36 meses, sua variação foi de 6,9%, inferior aos 7,7% do conjunto do mercado formal de trabalho.

Os setores que lideraram o crescimento relativo, no arco desses três anos, são os de menores dimensões na estrutura do emprego formal: a construção, que tem o segundo menor contingente, ostenta a mais elevada variação (11,0%); a agropecuária, por sua vez, é o grupamento com mais baixa participação no emprego e obtém a segunda maior expansão (10,3%).

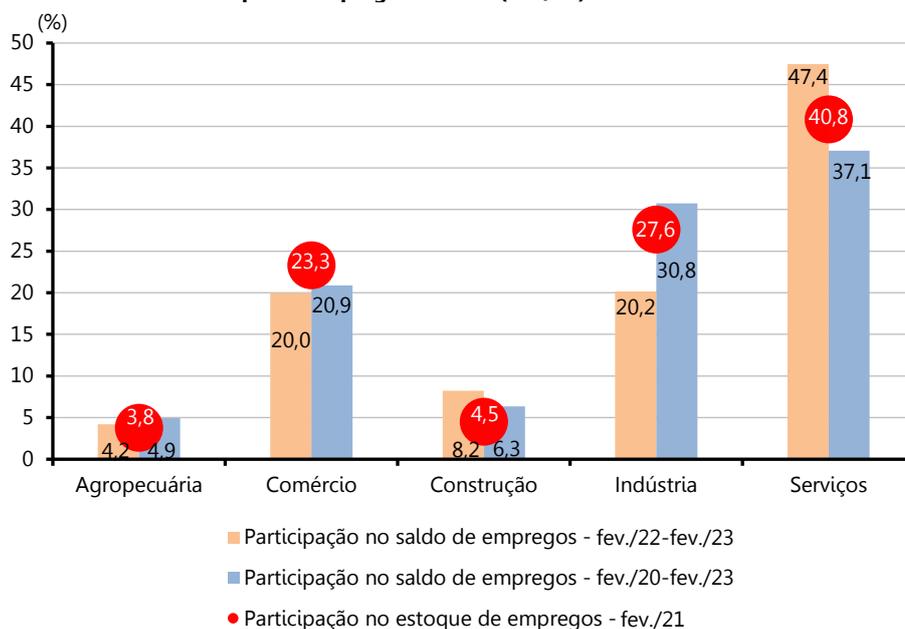
Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal, segundo o grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — fev./2020-fev./2023

GRUPAMENTO	ESTOQUE				VARIÇÃO % (fev.-fev.)			
	Fev./20	Fev./21	Fev./22	Fev./23	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulado 2020-23
Agropecuária	92.248	93.139	98.143	101.754	1,0	5,4	3,7	10,3
Comércio	579.058	574.657	602.110	619.297	-0,8	4,8	2,9	6,9
Construção	110.803	111.336	115.965	123.029	0,5	4,2	6,1	11,0
Indústria	672.702	680.284	714.608	731.953	1,1	5,0	2,4	8,8
Serviços	1.035.941	1.006.909	1.066.526	1.107.345	-2,8	5,9	3,8	6,9
Total	2.490.752	2.466.325	2.597.352	2.683.378	-1,0	5,3	3,3	7,7

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

O aporte de cada um dos setores para a formação do saldo de vínculos formais de trabalho articula, de um lado, a dimensão de que cada um deles desfruta na estrutura do emprego legalizado, e, de outro, a variação que cada um atingiu no período considerado. No **Gráfico 15**, visualizam-se as contribuições, em percentual, de cada setor, na formação dos **saldos** de emprego do Estado — tanto nos 12 meses mais recentes, quanto no acumulado dos três anos (fevereiro de 2020 ao mesmo mês de 2023), — bem como a participação que esses grupamentos detinham na **estrutura** do mercado formal de trabalho (em fevereiro de 2021, para se tomar um ponto intermediário). Uma primeira situação que se evidencia é a do comércio, que, nos dois recortes de tempo, mostrou um diferencial negativo de dinamismo, aportando uma parcela menor dos empregos adicionais do que a sua dimensão estrutural permitiria esperar — isto é, mostrando tendência à perda de participação. Ainda assim, contribuiu com cerca de um quinto dos novos vínculos formais. Outra situação caracteriza a agropecuária e, especialmente, a construção, que, tanto nos 12 meses mais recentes quanto no acumulado, obtiveram parcelas bem mais expressivas nos saldos de postos adicionais, quando consideradas suas participações na estrutura, de resto pequenas: somadas, não ultrapassaram 8,4% do total de postos formais do Estado em nenhum dos três anos analisados. Quanto à indústria, sua participação de 20,2% no saldo de empregos gaúchos, nos 12 meses mais recentes, situou-se mais de 7 pontos percentuais abaixo de sua parcela no estoque de empregos. Por outro lado, quando considerado o acumulado de três anos, sua fatia de 30,8% dos vínculos adicionais preservou para o setor um pequeno ganho relativo na estrutura do mercado formal de trabalho. Por fim, o que se verifica em serviços é semelhante, mas inverso, ao constatado para a indústria: sua participação relativa no saldo dos últimos 12 meses foi bem mais do que proporcional ao seu peso no estoque de empregos gaúchos, mas, quando se consideram os 36 meses — devido, fundamentalmente, aos resultados do primeiro ano —, seu aporte ao saldo geral ainda sinaliza pequena perda de representatividade.

Gráfico 15 - Participação dos setores de atividade na formação dos saldos (fev./20-fev./23) e no estoque de empregos formais (fev./21) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

Procede-se, a seguir, a uma desagregação das atividades econômicas em 87 divisões, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), focando-se a atenção, primeiramente, no período de 12 meses que se encerrou em fevereiro último. Cabe salientar que, para além das diferenças de dimensão dos contingentes empregados em cada setor (ou grupamento), também o número de divisões em que cada um deles é segmentado nessa classificação é muito heterogêneo. Por exemplo: o comércio bifurca-se em atacado e varejo tão somente; a indústria, em mais de 25 divisões, o que fragmenta mais a força de trabalho quando se tomam os contingentes ou as variações absolutas.

Feita essa advertência, constata-se que a divisão comércio varejista obteve o maior saldo de empregos nos 12 meses mais recentes, com 9,4 mil postos adicionais, ou 11% do total de vínculos criados no Rio Grande do Sul (86.026), no período (**Tabela 9**). Em segundo lugar, alimentação (do setor serviços), com 6,8 mil. Seguem-se serviços especializados para a construção (6,3 mil), comércio atacadista (5,6 mil) e educação (5,5 mil).

Quatorze divisões apresentaram redução do número de vínculos formais, nesses 12 meses mais recentes (em alguns casos, bem próximas a zero). Consideradas apenas as divisões com estoque de ao menos 1 mil empregados em fevereiro último, foram nove as que sofreram retração (de um total que cai para 75). As três maiores perdas absolutas de emprego envolveram, direta ou indiretamente, o setor imobiliário: construção de edifícios, atividades imobiliárias e fabricação de móveis (perdas entre 800 postos e pouco mais de 1.000, em cada uma).

Pelo critério de variações percentuais mais expressivas, entre as divisões da CNAE, e desconsideradas aquelas com menos de 1 mil empregados, a mais bem colocada nos últimos 12 meses disponíveis foi fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, com uma variação de 149,1%. Essa divisão tem tido movimentos espasmódicos de crescimento e retração nos últimos anos e concentra-se quase integralmente no segmento produtor de embarcações, no Sul do Estado. Ela ascendeu de um total de 1,9 mil vínculos formais de trabalho em fevereiro de 2022 para 4,8 mil no mesmo mês deste ano. A segunda posição foi da fabricação de produtos do fumo (17,8%); a terceira, atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (16,3%). Seguiram-se serviços especializados para construção (14,5%) — que também se destacou como saldo absoluto, como foi visto — e atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão (14,4%).

Tabela 9 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — fev./20-fev./23

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE				SALDO		VARIÇÃO %	
	Fev./20	Fev./21	Fev./22	Fev./23	Fev./23 Fev./22	Fev./23 Fev./20	Fev./23 Fev./22	Fev./23 Fev./20
Comércio varejista	419.115	415.577	433.223	442.670	9.447	23.555	2,2	5,6
Alimentação	81.945	66.415	72.361	79.116	6.755	-2.829	9,3	-3,5
Serviços especializados para construção	38.041	39.530	43.329	49.612	6.283	11.571	14,5	30,4
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	99.531	101.004	107.971	113.521	5.550	13.990	5,1	14,1
Educação	104.339	97.678	102.117	107.632	5.515	3.293	5,4	3,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	40.819	38.250	40.637	43.898	3.261	3.079	8,0	7,5
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	84.981	85.925	90.505	93.747	3.242	8.766	3,6	10,3
Transporte terrestre	123.553	116.715	119.928	123.068	3.140	-485	2,6	-0,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.825	3.803	1.939	4.831	2.892	3.006	149,1	164,7
Atividades de atenção à saúde humana	153.568	161.092	167.898	170.776	2.878	17.208	1,7	11,2
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	50.237	51.601	58.953	61.574	2.621	11.337	4,4	22,6
Atividades dos serviços de Tecnologia da Informação	27.295	29.990	35.934	38.435	2.501	11.140	7,0	40,8
Fabricação de produtos alimentícios	136.221	142.960	143.524	145.929	2.405	9.708	1,7	7,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	60.412	58.076	60.916	63.106	2.190	2.694	3,6	4,5
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	71.163	70.236	72.867	74.926	2.059	3.763	2,8	5,3
Atividades de vigilância, segurança e investigação	41.096	40.548	40.998	42.995	1.997	1.899	4,9	4,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	106.684	94.973	101.195	103.126	1.931	-3.558	1,9	-3,3
Fabricação de produtos do fumo	9.651	9.222	10.392	12.237	1.845	2.586	17,8	26,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	58.671	63.451	72.538	74.229	1.691	15.558	2,3	26,5
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	36.418	36.324	37.853	39.182	1.329	2.764	3,5	7,6
Atividades de serviços financeiros	42.398	41.122	42.879	44.085	1.206	1.687	2,8	4,0
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	36.768	38.326	38.893	39.636	743	2.868	1,9	7,8
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	1.808	2.775	2.985	3.472	487	1.664	16,3	92,0
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	7.752	10.212	12.938	13.370	432	5.618	3,3	72,5
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	3.481	3.589	3.844	4.129	285	648	7,4	18,6
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	4.154	2.585	2.673	2.946	273	-1.208	10,2	-29,1
Telecomunicações	10.713	11.518	12.186	12.401	215	1.688	1,8	15,8
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão	1.260	1.042	1.108	1.268	160	8	14,4	0,6
Administração pública, defesa e seguridade social	59.813	59.490	60.338	60.493	155	680	0,3	1,1
Atividades veterinárias	1.155	1.289	1.445	1.577	132	422	9,1	36,5
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.246	2.206	2.277	2.398	121	152	5,3	6,8
Impressão e reprodução de gravações	6.254	5.769	5.884	6.004	120	-250	2,0	-4,0
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	53.713	57.215	60.928	61.035	107	7.322	0,2	13,6
Pesquisa e desenvolvimento científico	1.403	1.425	1.469	1.535	66	132	4,5	9,4
Atividades de rádio e de televisão	6.496	5.862	5.791	5.836	45	-660	0,8	-10,2
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.863	1.917	1.977	2.009	32	146	1,6	7,8
Correio e outras atividades de entrega	9.552	9.044	8.327	8.353	26	-1.199	0,3	-12,6
Transporte aéreo	1.954	1.669	1.569	1.589	20	-365	1,3	-18,7
Extração de minerais não metálicos	5.156	5.201	5.493	5.498	5	342	0,1	6,6
Transporte aquaviário	1.194	1.160	1.199	1.148	-51	-46	-4,3	-3,9
Captação, tratamento e distribuição de água	6.503	6.490	6.306	6.070	-236	-433	-3,7	-6,7
Edição e edição integrada à impressão	5.146	4.546	4.330	4.094	-236	-1.052	-5,5	-20,4
Fabricação de móveis	35.231	36.652	38.407	37.601	-806	2.370	-2,1	6,7
Atividades imobiliárias	11.742	12.396	13.626	12.708	-918	966	-6,7	8,2
Construção de edifícios	48.188	47.795	48.270	47.228	-1.042	-960	-2,2	-2,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

As principais retrações relativas, de fevereiro de 2022 ao mesmo mês de 2023 (**Tabela 9**), ocorreram em atividades imobiliárias (-6,7%) — já ressaltada pela redução absoluta, acima —, edição e edição integrada à impressão (-5,5%), transporte aquaviário (-4,3%), captação, tratamento e distribuição de água (-3,7%) e, da mesma forma que nos destaques por número de vínculos perdidos, construção de edifícios (-2,2%).

Completados três anos desde a eclosão da emergência sanitária relacionada à Covid-19, que praticamente coincide com o início da série do Novo Caged, é interessante analisar, como se fez com os agrupamentos setoriais, os resultados acumulados nesses 36 meses, segundo as divisões da CNAE 2.0. Das 87 categorias dessa classificação, 21 delas computam perdas entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2023. Excluídas aquelas com menos de 1 mil empregados, são 16 de 75. As principais contrações, pelo critério de variação percentual dos contingentes formalmente empregados, encontram-se em agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (-29,1%), edição e edição integrada à impressão (-20,4%) e transporte aéreo (-18,7%). Os maiores números absolutos de postos de trabalho perdidos, por sua vez, localizam-se na preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-3,6 mil), alimentação (-2,8 mil) e, na terceira colocação, com números quase idênticos, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, de um lado, e correio e outras atividades de entrega, de outro — ambas com cerca de 1,2 mil empregos formais eliminados nos três anos.

Nesse período de 36 meses, em contraste, lideraram o crescimento, pelo critério de número de vínculos adicionais: comércio varejista (23,6 mil), atividades de atenção à saúde humana (17,2 mil) e fabricação de máquinas e equipamentos (15,6 mil). Consideradas as variações percentuais do contingente empregado, a divisão da CNAE 2.0 com melhor resultado foi fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, cujo desempenho excepcional já foi registrado acima, ao se tratar dos últimos 12 meses disponíveis. Nesse intervalo temporal ampliado, seu crescimento monta a 164,7%. Seguem-se atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (92,0%) e seleção, agenciamento e locação de mão de obra (72,5%).

Não está ao alcance deste boletim uma análise pormenorizada dos múltiplos fatores que condicionaram o desempenho de cada uma dessas tantas atividades econômicas, em cada um desses intervalos de tempo. Registra-se, ainda assim, que o cômputo dos três anos desde o fevereiro de 2020, em que foi declarada a emergência sanitária, até o mesmo mês de 2023 ainda permite reconhecer, na comparação de variações do emprego formal, muitos dos efeitos da pandemia sobre a vida social. Em muitos casos, as retrações em setores drasticamente afetados pelo imperativo de distanciamento social ainda não foram compensadas — caso das agências de viagem, transporte aéreo e serviços de alimentação fora de casa. As atividades que se destacam pelo crescimento, no período acumulado, também evocam respostas defensivas à crise sanitária, como no caso da atenção à saúde humana e nos serviços de apoio à gestão de empresas, confrontadas repentinamente com desafios e possibilidades logísticas novos.

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES E ACESSO AOS POSTOS ADICIONAIS DE TRABALHO

Os 86,0 mil empregos adicionais que o mercado formal de trabalho gaúcho gerou entre fevereiro de 2022 e fevereiro último distribuíram-se com considerável paridade entre homens (50,5%) e mulheres (49,5%), de acordo com o Novo Caged (**Tabela 10**). Uma vez que essa fonte não apresenta os estoques de trabalhadores segundo atributos pessoais, recorre-se uma vez mais à RAIS, em sua edição mais recente, para que se tenha uma referência sobre o conjunto de indivíduos empregados, e não somente daqueles que foram admitidos ou desligados no período⁹. Com esse recurso, constata-se que a participação feminina na geração do saldo dos últimos 12 meses supera a que se verificava no conjunto dos vínculos formais ao final de 2021 (46,8%), o que sinalizaria um avanço incremental, na conjuntura mais recente, da equidade de gênero nesse segmento do mercado de trabalho.

⁹ Reiteram-se as advertências apresentadas acima, associadas às diferenças entre as duas pesquisas.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de fev./2022-fev./2023 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS 2021
	FEV/23	FEV/22	(31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	86.026	100,0	100,0
Homens	43.410	50,5	53,2
Mulheres	42.616	49,5	46,8
Faixa etária (total)	86.026	100,0	100,0
Menos de 18 anos	26.141	30,4	1,3
De 18 a 24 anos	55.700	64,7	14,2
De 25 a 29 anos	7.892	9,2	13,3
De 30 a 39 anos	4.464	5,2	28,2
De 40 a 49 anos	4.184	4,9	23,4
De 50 a 64 anos	-8.556	-9,9	17,8
65 ou mais	-3.799	-4,4	1,7
Escolaridade (total)	86.026	100,0	100,0
Analfabeto	653	0,8	0,2
Fundamental incompleto	2.076	2,4	10,0
Fundamental completo	2.698	3,1	8,8
Médio incompleto	14.017	16,3	7,8
Médio completo	60.197	70,0	45,1
Superior incompleto	4.205	4,9	6,3
Superior completo	2.180	2,5	21,7

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).
RAIS (BRASIL, 2022).

Em linha de continuidade com o que este boletim tem detectado desde o início da série do Novo Caged, a expansão do emprego formal no Estado, entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, concentrou-se, mais uma vez, em indivíduos menores de idade ou muito jovens e em trabalhadores com o ensino médio em andamento ou já concluído.

Quanto à idade, nada menos do que 30,4% do saldo dos últimos 12 meses associaram-se à contratação de adolescentes com até 17 anos. A parcela dos jovens entre 18 e 24 anos, por sua vez, correspondeu a quase dois terços dos vínculos adicionais (64,7%). Os trabalhadores com menos de 25 anos, portanto, responderam por impressionantes 95,1% do crescimento do emprego formal gaúcho no período. Mesmo que essa tendência venha marcando a série histórica do Novo Caged, a concentração que o segmento de idades mais baixas atingiu nesses últimos 12 meses extrapola o patamar habitualmente detectado. Como ilustração, na totalização de 12 meses feita com dados até agosto de 2022 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022), a soma das duas faixas etárias mais jovens acumulava “apenas” 80,6% dos vínculos adicionais de emprego formal no Estado. Outro fenômeno que se tem repetido a cada análise trimestral é a retração das faixas etárias mais elevadas. Entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês de 2023, computa-se um saldo negativo de 12,4 mil vínculos para a soma de trabalhadores entre 50 e 64 anos e com 65 ou mais.¹⁰

No que diz respeito à escolaridade, reencontra-se a forte concentração dos saldos positivos no segmento de indivíduos que concluíram (70,0%) ou cursaram uma parcela (16,3%) do ensino médio. Os 86,3% de participação que essas duas faixas somadas atingem distanciam-se largamente dos 52,9% que ostentam na estrutura da RAIS de 2021. Essa sobre-representação ocorre em detrimento, sobretudo, dos níveis mais elevados de escolaridade, embora também comprima a participação do segmento de trabalhadores que têm, no máximo, o ensino fundamental

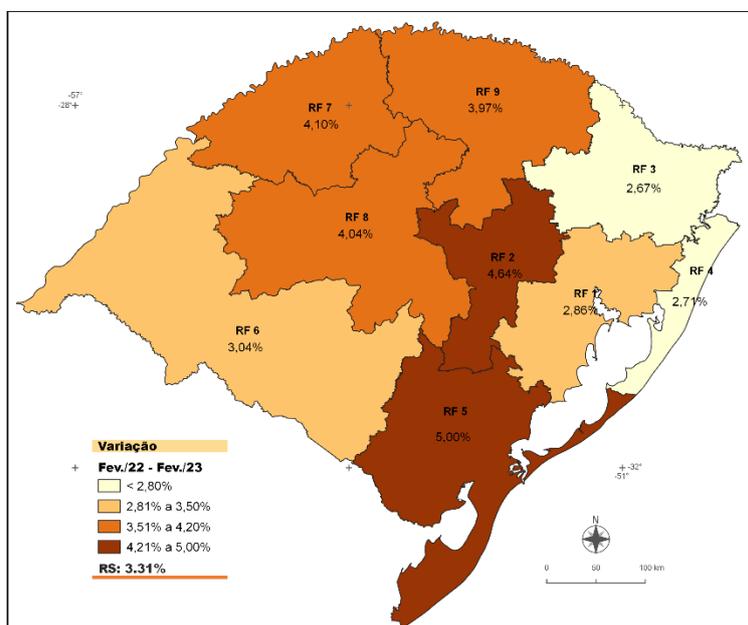
¹⁰ Saliencia-se que o Novo Caged consolida registros administrativos de admissões e desligamentos de empregados, informados pelos estabelecimentos. A “progressão” natural das idades dos indivíduos que permanecem empregados não é captada pela fonte, o que implica tomar esses dados como uma indicação de preferência nas contratações, sem deles extrair inferências sobre a composição dos estoques de trabalhadores em atividade. Analogamente, quando se trata da escolaridade, a aquisição de novas credenciais escolares pelos trabalhadores que permanecem empregados não é captada pelo Novo Caged, que só computa indivíduos que tenham tido vínculos formais de trabalho iniciados ou encerrados em dado intervalo de tempo.

completo. A maior discrepância que a Tabela 10 permite identificar, entre as duas distribuições apresentadas, verifica-se na categoria de trabalhadores com ensino superior completo: representando 21,7% do estoque de empregados da RAIS, ao final de 2021, carrearam apenas 2,5% do saldo de vínculos formais que o Novo Caged detectou para o período fev./22-fev./23.

2.4 RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

Nesta subseção, em que se analisam as variações do emprego formal nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado, repete-se o tratamento adotado ao se abordarem os resultados setoriais: num primeiro momento, consideram-se os 12 meses mais recentes da série do Novo Caged (**Mapa 1**); a seguir, consolidam-se os indicadores para os 36 meses decorridos entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2023.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — fev./2022-fev./2023



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

Como se pode visualizar no Mapa 1, o emprego formal cresceu em todas as RFs, nos últimos 12 meses disponíveis, porém com intensidades diferenciadas. Enquanto o emprego no agregado do Rio Grande do Sul aumentou 3,3%, os percentuais regionais situaram-se entre o mínimo de 2,7% — praticamente idêntico na RF3 (Serra) e na RF4 (Litoral) — e o máximo de 5,0%, na RF5 (Sul).

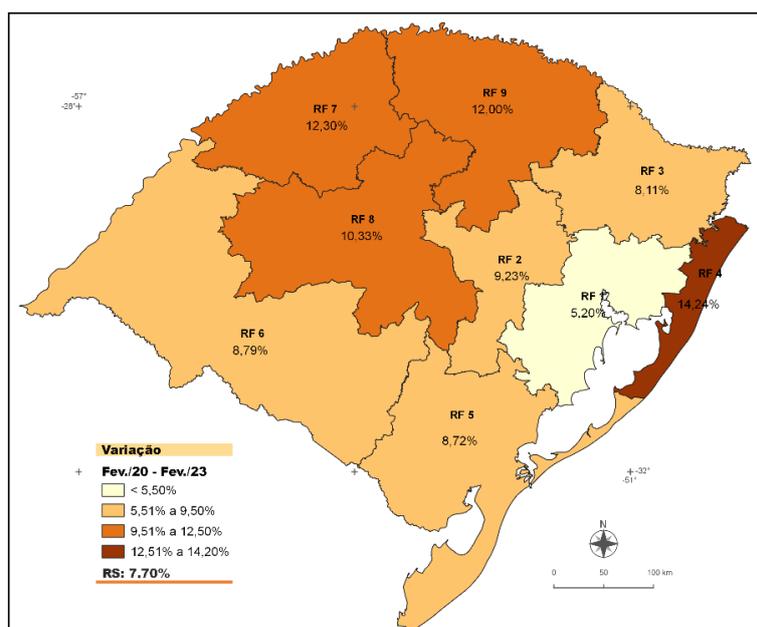
A RF3 é aquela em que a indústria detém maior participação na estrutura do emprego formal. Quando esse setor alcança resultados relativamente ruins — como nos últimos 12 meses analisados, em que, no RS, teve a menor variação entre os cinco grupamentos —, o desempenho da Serra tradicionalmente se ressentiu, como parece ter sido o caso. Apenas para se tomar um exemplo, a divisão da indústria de transformação que perdeu o maior número de vínculos formais entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês de 2023 foi, conforme apontado acima, fabricação de móveis. Eis que, segundo a RAIS, a RF3 concentrava 48,7% dos postos de trabalho formais desse segmento produtivo, no Estado, ao final de 2021 (BRASIL, 2022). Já o fraco desempenho da RF4 — região que, em vários momentos da série do Novo Caged, esteve entre aquelas com mais elevados percentuais de crescimento do emprego formal — associa-se com os resultados do comércio e, especialmente nos primeiros meses de 2023, com uma retração da construção civil naquele território.

A liderança que a RF5 conquistou nesse recorte temporal, por sua vez, responde, em grande parte, a um fator que já foi apontado no número anterior deste boletim: o excepcional crescimento dos postos de trabalho na construção de embarcações no Município de São José do Norte. Conforme já foi mencionado acima, essa atividade é um grupo (desagregação ulterior) da divisão fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos

automotores da CNAE 2.0. Em fevereiro de 2022, São José do Norte tinha 610 empregos registrados nesse grupo; um ano depois, eram 3.497 (um incremento de mais de 500%). Em fevereiro do corrente ano, São José do Norte concentrava mais de 90% do emprego estadual na construção de embarcações, que, por sua vez, representava quase três quartos do emprego total da divisão fabricação de outros equipamentos de transporte. Considerando-se toda a Região Funcional 5, a expansão do número de vínculos formais de trabalho em todos os setores somou 6,5 mil nos últimos 12 meses disponíveis, de modo que o saldo de 2,9 mil gerado na construção de embarcações de São José do Norte contribuiu com 44% deles.

Quando se acumula a variação de emprego nesses três anos — que recobrem, quase com exatidão, a série completa do Novo Caged e a presença da Covid-19 na vida da sociedade —, o ordenamento dos desempenhos regionais tem fortes contrastes com o dos últimos 12 meses disponíveis. No período de fevereiro de 2020 até o mesmo mês do corrente ano (**Mapa 2**), a RF que obteve a maior ampliação relativa do seu estoque de empregados foi a RF4, o Litoral, que, como se viu, compartilhou com a Serra a pior posição no recorte temporal mais recente. A dinamização da economia desse território e seu ganho de participação no nível estadual são reconhecíveis há pelo menos 10 anos (XAVIER SOBRINHO; FIORI, 2019); a eclosão da pandemia foi considerada um fator adicional de atração populacional para o Litoral e associada aos desempenhos positivamente diferenciados do mercado formal de trabalho dessa RF, nos dois primeiros anos aqui considerados. Entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022, no centro do triênio aqui abarcado, o emprego da RF4 cresceu 11,3%, mais do que o dobro dos 5,3% do total do RS.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — fev./2020-fev./2023



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

Num segundo nível de destaque, seguem-se os resultados acumulados das Regiões Funcionais do norte do Estado, em especial a RF7 e a RF9. Um elemento que certamente contribuiu para esse desempenho é que ambas as regiões ostentam presença importante, nas estruturas de seus mercados de trabalho, da indústria de máquinas e equipamentos, a qual acumulou um crescimento de 26,5% no cômputo dos 36 meses aqui considerados — mais do que o triplo dos 7,7% do emprego formal total.

O percentual mais baixo de expansão registrou-se na RF1, nucleada pela Região Metropolitana de Porto Alegre. A desconcentração do emprego estadual é uma tendência que antecede largamente o período aqui analisado (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019). Ainda assim, em fevereiro último, a RF1 respondia por 45,2% do estoque de vínculos formais de trabalho do Rio Grande do Sul, já que esse movimento é bastante paulatino e sujeito a oscilações. De qualquer modo, esses três anos de Novo Caged marcam nova perda incremental de participação do território metropolitano no conjunto do mercado de trabalho gaúcho, associada, em parte, ao de-

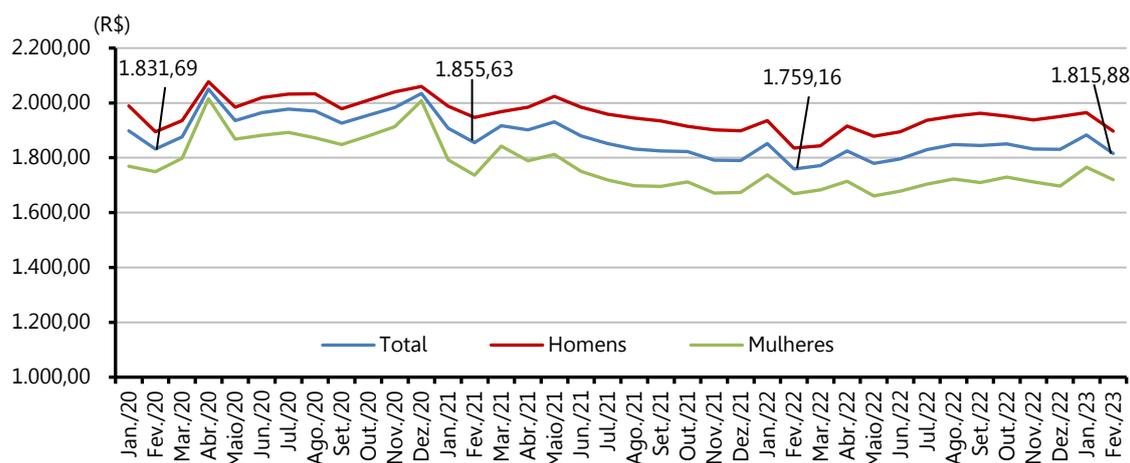
sempenho relativamente mais fraco, nesse mesmo recorte temporal, dos setores serviços e comércio, que têm elevada presença na estrutura do emprego da RF1.

2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO E DIFERENÇAS DE GÊNERO

Ao longo de praticamente toda a série do Novo Caged, a remuneração média real dos trabalhadores que ingressam em vínculos formais de trabalho no Estado situou-se abaixo do valor registrado no conjunto do País. A razão entre os dois valores tem como ponto mínimo 0,86, em fevereiro de 2020, e como único momento de paridade o mês de dezembro daquele mesmo ano. Em fevereiro último, essa relação situava-se em 0,93: no Rio Grande do Sul, o salário médio de ingresso encontrava-se em R\$ 1.815,88 e, no agregado do Brasil, em R\$ 1.963,00.

A evolução dos salários de admissão no Estado tem sido inconstante, demonstrando pouco impulso para a recuperação das perdas configuradas e para a elevação dos patamares de remuneração (**Gráfico 16**). Os últimos 12 meses, no entanto, configuraram crescimento frente ao ano anterior. Na relação com o valor praticado 12 meses antes, o salário de ingresso em fevereiro último, no Estado, apresentou elevação de 3,2%. Por outro lado, na comparação com fevereiro de 2021, persistiu uma perda de 2,1%, e, mesmo no cotejo com o valor de três anos antes, o valor ainda ficou 0,9% inferior.

Gráfico 16 - Salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho, segundo o sexo e total, no Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./2023



Fonte: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).

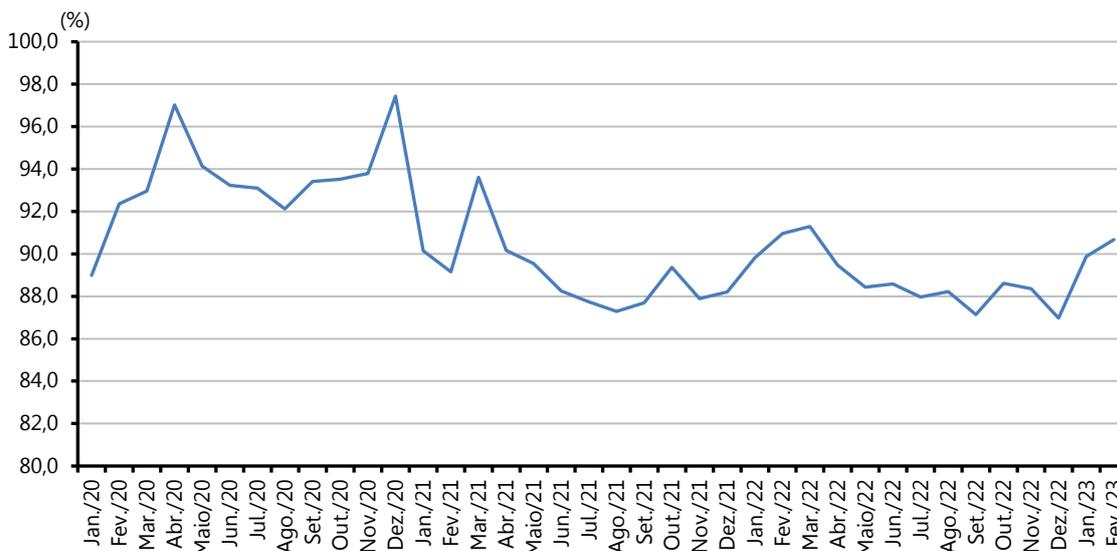
Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Como o Gráfico 16 permite visualizar, ademais, os salários médios reais de ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho gaúcho mantêm-se inferiores aos dos homens ao longo de toda a série do Novo Caged. Em fevereiro último, o valor para a força de trabalho feminina era R\$ 1.720,05; para a masculina, de R\$ 1.896,95 — uma vantagem de 10,3% para os homens, um pouco mais acentuada do que a apurada para o conjunto do Brasil no mesmo mês (8,9%).

A série histórica do Novo Caged ainda é curta, mas demonstra a persistência dessa disparidade. O **Gráfico 17** apresenta o salário médio real das mulheres como proporção daquele dos homens, mês a mês, no Rio Grande do Sul. Como se pode perceber, embora as alterações não sejam drásticas, os anos de 2021 e 2022 mostraram tendência de redução dos rendimentos femininos frente aos masculinos — vale dizer, de aumento da desigualdade. Os dois primeiros meses de 2023 parecem esboçar alguma reaproximação dos patamares, mas não se pode prever qual será o fôlego de mais essa pequena inflexão¹¹.

¹¹ Uma análise mais detalhada das condições de inserção no mercado de trabalho segundo o sexo pode ser encontrada em **Cadernos ODS 5** (PESSOA *et al.*, 2023).

Gráfico 17 - Salário médio real de admissão feminino como proporção do masculino no mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./2023



Fonte: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

2.6 ROTATIVIDADE NOS POSTOS DE TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO RECENTE

Quando se busca uma apreensão das condições gerais de um mercado de trabalho, a rotatividade é uma dimensão de tradicional interesse.¹² Com múltiplos nexos e implicações possíveis, em cada contexto social e econômico, ela é, de forma geral, tomada como um indicador indireto da qualidade das relações de trabalho, de estilos de gestão, ou mesmo do grau de estabilidade de um ambiente econômico, e condiciona aspectos relevantes como os processos de aprendizado coletivo e inovação nos coletivos de trabalho ou o engajamento subjetivo dos empregados no desempenho de suas atividades. Nesta subseção, apresenta-se sumariamente um primeiro exercício de cálculo dos índices de rotatividade com base nos dados do Novo Caged. Entre as metodologias alternativas, optou-se pela mais difundida, alinhada com aquela historicamente utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no tratamento dos resultados da RAIS. Trata-se de tomar o número total de trabalhadores desligados **ou** o de trabalhadores admitidos — o valor que for menor —, em um ciclo de tempo (neste caso, anual), e relacioná-lo, como porcentagem, ao número médio de trabalhadores empregados ao longo do período considerado.¹³

Não há parâmetros para se “fixar” um patamar aceitável ou desejável de rotatividade no trabalho; ainda assim, é uma característica historicamente reconhecida do mercado de trabalho brasileiro a curta duração dos vínculos de emprego, relativamente a outras experiências internacionais. Os propósitos desta subseção limitam-se, neste momento, a apresentar as eloquentes evidências coligidas da **Tabela 11**, a qual revela um crescimento significativo da rotatividade, no País e em **todas** as 27 UFs — não apenas no período acumulado, mas na passagem de 2020 para 2021 e na de 2021 para 2022, tomadas uma a uma.

Considerando-se os resultados de 2022, o patamar da rotatividade no RS encontra-se bastante próximo ao nacional (50,1% e 49,4% respectivamente) e em virtual equidistância com relação ao resultado mínimo (35,7%, em Sergipe) e ao máximo (64,5%, no Mato Grosso).

¹² Uma discussão mais detida dessa temática encontra-se em Xavier Sobrinho e Sternberg (2016), que se toma, aqui, como referência.

¹³ Nesse exercício, por razões operacionais, optou-se pelo ano civil, em vez dos recortes de 12 meses de fevereiro a fevereiro, utilizados nas subseções anteriores. Os totais de admitidos e desligados são os de cada ano completo, ao passo que os estoques considerados são as médias dos estoques mensais de cada ano.

Tabela 11 - Taxas de rotatividade no mercado formal de trabalho do Brasil e das unidades da Federação (UFs) — 2020-22

BRASIL E UFs	2020	2021	2022
Brasil	41,9	46,2	49,4
Sergipe	29,1	33,3	35,7
Pernambuco	33,6	34,6	37,6
Maranhão	31,4	34,9	38,5
Piauí	29,1	34,5	38,5
Paraíba	34,8	35,5	38,6
Ceará	34,4	36,8	39,3
Rio Grande do Norte	35,5	38,2	39,9
Rio de Janeiro	33,1	37,3	40,4
Bahia	34,3	37,2	40,5
Distrito Federal	35,2	37,9	42,0
Alagoas	36,2	37,8	42,4
Amazonas	40,3	43,0	45,6
Pará	37,8	43,1	46,3
Acre	34,8	42,8	47,0
Tocantins	35,3	41,3	48,0
Amapá	34,7	41,9	49,8
Rio Grande do Sul	41,1	46,9	50,1
São Paulo	44,8	49,9	51,2
Minas Gerais	41,8	45,8	51,4
Espírito Santo	43,5	47,9	53,3
Mato Grosso do Sul ...	41,6	46,9	54,7
Rondônia	45,1	51,7	55,5
Paraná	46,0	51,3	55,7
Roraima	42,2	51,7	57,6
Goiás	45,8	51,9	58,3
Santa Catarina	50,4	57,7	59,7
Mato Grosso	49,9	56,3	64,5

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

Os quatro estados em que a taxa de rotatividade se expandiu com maior impulso — entre 2020 e 2022 — localizam-se na Região Norte (Amapá, Roraima, Tocantins e Acre); já as três UFs com avanços relativamente mais brandos integram a Região Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte).

Múltiplos aspectos das realidades regionais articulam-se para configurar esses diferentes níveis de rotatividade, bastando que se pense nas especificidades das estruturas produtivas, já que muitas atividades econômicas têm características sazonais ou condicionantes competitivos que, à falta de restrições institucionais mais efetivas, estimulam o estabelecimento de vínculos de trabalho de menor duração — e a participação desses segmentos é diferenciada entre as UFs. As flexibilizações sucessivas na legislação trabalhista parecem ter contribuído para uma redução dos chamados “custos de demissão”, ao menos do ponto de vista estritamente financeiro, trabalhista, restando sempre aos empregadores considerar se são vantajosos os custos de recrutamento e capacitação, num ciclo sucessivo de negócios em que novas contratações sejam necessárias.

É pertinente, ainda, que se considere uma série de outros fatores do ambiente econômico, com destaque para a pandemia de Covid-19, que potencializaram incertezas e descontinuidades de abastecimento, impondo restrições e reorientações, em muitos casos drásticas, à condução dos estabelecimentos. Por certo, esse cenário gerou forte impacto sobre a movimentação de força de trabalho. Ao mesmo tempo, por esse ponto de vista, seria de se esperar que 2022 trouxesse certa reacomodação, com algum recuo das taxas de rotatividade, o que, como foi visto, não ocorreu no Brasil e em nenhuma de suas UFs.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de fevereiro de 2022 ao mesmo mês de 2023 manteve a sequência de expansões do emprego formal, em todas as UFs e, no nível do Rio Grande do Sul, em todos os setores de atividade e em todas as regiões. De modo generalizado, entretanto, houve uma desaceleração nos ritmos de expansão. O Estado manteve-se nas últimas posições, quando comparados os crescimentos das 27 UFs. Nesses últimos 12 meses, ficou em 26.^a colocação; no acumulado dos três anos, teve o pior resultado.

Setorialmente, no Estado, o crescimento relativo mais intenso verificou-se na construção, cujo contingente, entretanto, é pequeno. Serviços, a seguir, voltou a crescer mais do que o agregado das atividades econômicas, como nos 12 meses anteriores, recuperando-se gradativamente do forte revés que sofreu entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021. A indústria, nesse período mais recente, atingiu a menor variação percentual entre os setores; já no intervalo anterior, havia-se expandido um pouco menos do que a média do Estado, revertendo a liderança que havia assumido no primeiro ano da pandemia (fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021).

Quanto aos desempenhos das Regiões Funcionais gaúchas, nos últimos 12 meses, a Serra (RF3) refletiu as dificuldades da indústria e se posicionou em última colocação, praticamente empatada com a RF4, Litoral, que interrompeu uma longa sequência como destaque positivo, o que pode sinalizar uma estabilização de seu mercado formal de trabalho, em novo patamar. O maior crescimento relativo localizou-se na RF5, Sul, muito associado aos empregos (re)criados na fabricação de embarcações, atividade relevante na estrutura produtiva local que vem passando por sucessivas expansões e retrações.

Algumas indicações sobre a qualidade dos empregos criados nessa expansão recente podem ser extraídas, por exemplo, dos salários médios reais de ingresso — que se elevaram nos 12 meses mais recentes, mas ainda se encontram inferiores aos dos dois anos anteriores. O perfil dos trabalhadores que compõem os saldos positivos, ademais, está concentrado como nunca em indivíduos muito jovens (nada menos do que 95%, entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês deste ano, tinham menos de 25 anos), o que se articula, tradicionalmente, com postos de menor responsabilidade, remunerações mais baixas e, também, maiores níveis de rotatividade.

E o interesse, justamente, pela problemática da rotatividade motivou o exercício que aqui se apresentou, de calcular suas taxas, para o RS e as demais UFs, nos três anos que a série do Novo Caged possibilita. Os resultados mostraram consideráveis crescimentos sucessivos, nos dois intervalos de 12 meses, em todos os estados brasileiros. As taxas gaúchas encontram-se bastante próximas às nacionais. Essa dimensão da análise do mercado de trabalho é bastante importante, embora sua interpretação mereça sempre ser matizada e contextualizada, uma vez que articula muitos condicionantes. De qualquer modo, o crescimento generalizado e intenso da rotatividade expressa trajetórias ocupacionais mais descontínuas, com potenciais prejuízos, tanto para os trabalhadores, do ponto de vista da progressão nas carreiras, do aprendizado e, claro, da estabilidade de suas condições de vida, quanto para as empresas, sob o ponto de vista de engajamento e capacitação de sua força de trabalho, dos custos de contratação e de desligamento e de sua capacidade de planejamento estratégico.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 4, n. 3, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo CAGED: novembro 2023. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2022. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 58, 1º trimestre, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/03/230317_cc_58_nota_22_rendimentos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

GONTERO, S. La coyuntura laboral en el primer semestre de 2021. In: CEPAL/OIT. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe**, n. 25, p. 7-20, 2021. Santiago: CEPAL/OIT, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47510/S2100695_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 9 dez. 2021.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes: out.-dez. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_4tri.pdf. Acesso em: 3 mar. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2022. Acesso em: 13 maio 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Quadro sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202204_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 27 fev. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

ILO. **World employment and social outlook — trends 2023**. Geneva: ILO, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865332.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

IPEA. Análise do mercado de trabalho. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, ano 27, n. 2, p. 9-43, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_book.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

MAURIZIO, R. **Empleo e informalidad en América Latina y el Caribe: una recuperación insuficiente y desigual**. Lima: OIT, set. 2021. (Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe.) Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, M. L. *et al.* Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas no Rio Grande do Sul. **Cadernos ODS 5**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2023. 44 p. : il. Disponível em <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202303/16153402-caderno-ods-5-igualdade-de-genero-e-empoderamento-das-mulheres-e-meninas-no-rio-grande-do-sul-mar-2023-1-1.pdf>. Acesso em 02 abr. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 23 mar. 2023.

XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; FIORI, T. P. **Estrutura e evolução do emprego formal no RS e suas Regiões Funcionais (2003-17)**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2019. (Nota Técnica, n. 7). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03181050-nt-emprego-formal.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; STERNBERG, S. Demissões voluntárias: sentidos renovados da rotatividade em um mercado de trabalho aquecido. **Indicadores Econômicos FEE**, V. 43, N. 3, 2016. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3667/3662>. Acesso em: 31 mar. 2023.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL